

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

LISIANE MOLINA

***PORTO NOVO E A LUTA PELA MORADIA E PELO
CEP: DIÁLOGOS E CONFLITOS ENTRE OS ÓRGÃOS
PÚBLICOS E MORADORES***

PORTO ALEGRE
ANO 2014-2

LISIANE MOLINA

***PORTO NOVO E A LUTA PELA MORADIA E PELO
CEP: DIÁLOGOS E CONFLITOS ENTRE OS ÓRGÃOS
PÚBLICOS E MORADORES***

Trabalho de Conclusão apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Ciências Sociais, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, enquanto requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Dra. Patrice Schuch

**PORTO ALEGRE
ANO 2014-2**

TERMO DE APROVAÇÃO

LISIANE MOLINA

PORTO NOVO E A LUTA PELA MORADIA E PELO CEP: DIÁLOGOS E CONFLITOS ENTRE OS ÓRGÃOS PÚBLICOS E MORADORES

Trabalho aprovado enquanto requisito parcial para obtenção do título de Bacharel no Curso de Bacharel em Ciências Sociais, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Dra. Patrice Schuch
Departamento de Antropologia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Examinador 1: Dr. Caleb Faria Alves
Departamento de Antropologia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Examinador 2: Patricia Kunrath
Departamento de Antropologia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por tudo, por ter pessoas maravilhosas na minha vida e todas as coisas que tenho.

Agradeço a minha mãe, que em todos os momentos esta comigo, me dando apoio, ajudando. Além de ser mãe é uma grande amiga, pois sempre enfrentamos os problemas juntas, e se não fosse ela, pela sua luta, eu não seria quem eu sou hoje. Amo muito esta guerreira.

Ao meu namorado, que a cada dia vem se mostrando um grande companheiro, que está comigo, apoiando-me sempre.

À família e aos amigos e amigas, que amo e adoro muito, por tudo e pelo carinho.

*A maioria pensa com a sensibilidade e eu sinto
com o pensamento. Para o homem vulgar,
sentir é viver e pensar é saber viver. Para mim,
pensar é viver e sentir não é mais que o
alimento de pensar.
(Fernando Pessoa)*

RESUMO

Este presente trabalho tem como objetivo analisar os diversos conflitos que permeiam entre os órgãos públicos com os moradores do Conjunto Habitacional Porto Novo, mas incluindo também os conflitos entre os próprios moradores, onde durante este processo de lutas há divergências de quem luta por todos ou quem luta por si, isso segundo os relatos dos moradores. Quero analisar, seus diálogos, perspectivas, suas relações com estes órgãos a partir de seus relatos. Então a pesquisa se deu, entre conversar, observação participante, onde neste campo cada detalhe, cada fala poderia complementar a outra ou trazer questões novas. E as pessoas na qual são as interlocutoras, são as que por diversos motivos, uma, por serem lideranças, ou por ver estes em debates, ou ainda, a partir de apontamentos nas falas, o que se fez completamente necessário pesquisar.

Palavras- chave: Lutas, conflitos, remoções.

ABSTRACT

In this study, have as goal analyzing the several conflicts that permeate public organs and dwellers of the Housing Porto Novo set. Also, i intend to include the conflict between the dwellers, since during this process of struggles, there were differences of those who fought by all, against those who fought by themselves – this according to the reports of the residents –. So, I propose to analyze your dialogues, your prospects and your relations with these organs, as from your reports. In this context the research happened between conversations and participant observation, in which each detail and speech could complement another or bring new questions. About the interlocutors, involvement occurred for many reasons: because they are leaders, because they see these debates, or from notes in the speech, which if did, largely, the necessary research.

Keywords: Fights, conflicts, removal.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Imagem da Rua Dona Beca	50
Figura 2	Croqui das ruas	52
Figura 3	Tabela de dados da remoção	59

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	10
1.1	DÚVIDAS E ANSEIOS SOBRE COMO FAZER UM TRABALHO ETNOGRÁFICO	12
1.2	DIREITO À MORADIA E À CIDADE	16
1.3	MEGAEVENTOS E SUAS REMOÇÕES: NO BRASIL E NO MUNDO	20
1.4	PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO	22
2	INÍCIO DO CAMPO E OS DIÁLOGOS ENTRE MORADORES E ÓRGÃO PÚBLICOS	24
2.1	OS MORADORES	24
2.2	O PRIMEIRO ENCONTRO	28
2.3	INÍCIO DA AÇÃO CONTRA OS CORREIOS E BUSCA PELO CEP	30
2.4	REUNIÕES COM MPF E DPE	38
2.5	O DIA DA AUDIÊNCIA	41
3	QUEM ESCOLHE OS NOMES?	44
3.1	O BAIRRO	45
3.2	AS RUAS	48
3.3	QUEM VAI GANHAR MORADIA?	55
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Conjunto Habitacional Porto Novo é o local para onde os moradores da antiga Vila Dique foram realocados após processo de remoção iniciado em 2009, pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, em função da ampliação da pista do Aeroporto Internacional Salgado Filho. O Porto Novo fica situada na zona norte de Porto Alegre, ao lado do complexo cultural do Porto Seco, no bairro Rubem Berta. O começo da remoção se deu em 2009 e ainda está sendo realizado, tendo passado por diversas etapas.

Embora o início da remoção tenha se efetivado em 2009, há relatos dos moradores que se não fosse pela Copa do Mundo esse processo não teria acontecido ou, no mínimo, não teria acontecido de forma tão rápida. A antiga Vila Dique ficou conhecida por esse nome porque acabou se formando em torno de um dique, criado em épocas de chuva, para que as águas do Rio Gravataí não pudessem invadir a pista do aeroporto.

Através dos relatos dos moradores, pode-se perceber que muitos deles vieram do interior do estado, constituindo, assim, suas famílias e vida no bairro. No início, segundo o relato deles, não havia eletricidade, nem rede de esgoto; aos poucos, contam que conseguiram tais conquistas, além de outras, como uma escola e um posto de saúde. A luta por melhores condições de vida, já iniciada na Vila Dique, é retomada no processo de remoção, e é sobre essa “luta” que esse trabalho descreve.

Meu interesse por essa temática iniciou quando fui à Semana Acadêmica da História, no ano de 2013, e conheci uma das moradoras do Porto Novo. Foi a partir daí que, através de sua fala, percebi o quanto tínhamos para compreender e entender a vida dessas pessoas que foram removidas. Mas não posso negar que foi um interesse não só como cientista social, dedicada a analisar tudo isto que estava acontecendo, mas também porque moro próximo a eles, tanto da Vila Dique, quanto do Porto Novo, e desde quando estava no ensino médio ouço sobre a remoção, além de escutar de várias pessoas que moram em torno do Porto Novo aspectos pejorativos.

Ou seja, eu queria estar lá, conversar, ouvi-los e perceber suas histórias. Após isso, consegui o contato da médica do posto de saúde que agora está no Porto Novo, e a partir disso comecei o meu contato com Laura, uma moradora, a qual foi me passando o contato

de outros para eu fazer a pesquisa. É importante salientar, contudo, que todos os nomes aqui colocados, optei por trocá-los, por questão de preservação, já que envolvem muitos conflitos. Após esses contatos iniciais, fui a uma reunião na Câmara dos Vereadores, mas esta acabou sendo transferida. Quando cheguei lá, entretanto, vi uma das minhas interlocutoras, a Laura que havia me avisado do encontro.

Durante a espera da reunião, que acabou sendo transferida, Laura e outros moradores conversavam sobre a situação da moradia, aos quais fiquei ouvindo e tentando interagir. Junto a ela e aos outros moradores estava também uma jornalista, que posteriormente soube que vem acompanhando-os desde a remoção; um estudante da UFRGS, participante do SAJU¹; e uma vereadora que também vinha seguindo os moradores em sua “luta”. Foi a partir deste dia que fui percebendo quais são seus problemas e o que os moradores vêm reivindicando.

Durante este um ano de acompanhamento dos moradores eu pude perceber que ainda havia muitas questões a serem resolvidas decorrentes da remoção, como, por exemplo, o não recebimento de cartas regularmente e os cadastros das famílias e seus desdobramentos². Inicialmente, meu objetivo era analisar e perceber os conflitos e diálogos entre os moradores e órgãos públicos, contudo, percebi que há muitos impasses também entre os próprios moradores acerca dos modos de fazer política e lutar por melhorias na qualidade da moradia.

Esses conflitos não poderiam ficar de fora deste trabalho, uma vez que são muito presentes e podem ser veículos importantes de compreensão da própria forma e significados de fazer política e se engajar na conquista de melhores condições de vida, o que torna o processo complexo. Uma dessas complexidades é o “pedir pela comunidade” ou o “pedir pela família”, um recorte importante a partir de relatos dos moradores. Tais pontos ligam-se com outros processos tensos que marcaram a criação do Porto Novo, como a questão da distribuição das casas e os nomes que constam na lista de beneficiários.

Para entender essas maneiras de fazer política e seus sentidos, apesar de conversar com alguns moradores, meu foco principal de atenção foram as três lideranças e outra moradora que vi presente em alguns eventos para falar sobre a Vila Dique. Resolvi incluir tal moradora porque, sob meu ponto de vista, ela poderia contrastar com o discurso das três lideranças, evidenciando certas tensões quanto aos assuntos tratados.

¹ Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da UFRGS.

² Filhos de moradores, quando fizeram o cadastro eram menores de idade e hoje constituem família.

Ao começar a fazer a pesquisa para esse trabalho, percebi que são muitas as reclamações diante de falhas do processo de remoção ao Porto Novo: vícios construtivos, casas não adaptadas para cadeirantes e idosos, a escola que ainda não está pronta, etc. Todavia, um dos que mais ouvi nas vozes dos moradores é o não recebimento das cartas individuais desde 2009, ano em que começou a remoção. Por conta disso, acabei me interessando especialmente por essa situação, por causa da tensão que permeia esse processo. Neste sentido, as dificuldades envolvidas na criação dos CEP's das ruas de Porto Novo, foram processo que se deram através da luta dos moradores.

No capítulo 1 trato sobre as questões do direito à cidade e à moradia, em um cenário de muitas remoções em Porto Alegre, que vem ocorrendo na última década. No mesmo capítulo, trato do processo de urbanização e incluo algumas questões sobre os megaeventos e seus reflexos nas cidades, pois muito do que está acontecendo em Porto Alegre, inclusive na Vila Dique, foi impulsionado pela Copa do Mundo de 2014.

No segundo capítulo, falo sobre os diálogos entre os moradores e os órgãos públicos: as reuniões e a audiência pública, meios em que foram discutidos os problemas dos residentes e os conflitos que ali permeiam, tanto com os órgãos, quanto entre os próprios moradores. Dessa forma, mostro os relatos de cada um desses atores, para contrastar e evidenciar suas visões sobre o processo em tela.

No terceiro capítulo abordo sobre as escolhas dos nomes do conjunto habitacional e de algumas ruas, de quem participou e como isso se deu. Também está inclusa a distribuição de casas, algo que ainda está muito na fala dos moradores, já que essa distribuição está prevista para dezembro de 2014, em nem todos serão contemplados.

1.1 DÚVIDAS E ANSEIOS SOBRE COMO FAZER UM TRABALHO ETNOGRÁFICO

Quanto à pesquisa, esta se deu de várias formas, pois para mim era um espaço cheio de informações e tudo que era falado ia sendo construído, no sentido de que as falas se complementavam. Era importante que eu tivesse atenção a tudo, pois há, nos discursos, diferenciações, conflitos e apontamentos de um ao outro, ou seja, era necessário escutar as diversas visões que se contrapunham. Então foi feita a observação participante, na qual fiquei interagindo na tentativa de compreendê-los de várias maneiras, sempre com diálogos.

Assim, isso me remete o que EVANS-PRITCHARD diz em *Bruxaria, Oráculos e magias entre os Azande*, no seguinte trecho:

Isso me traz àquilo que os antropólogos costumam chamar de observação participante. Eles querem dizer com isso que, na medida do possível e do conveniente, o pesquisador deve viver a vida do povo que está estudando. Esse é um assunto complicado, e aqui falarei apenas de seu aspecto material. Percebi que, se eu queria saber como e por que os africanos faziam certas coisas, o melhor era fazê-las eu mesmo: possuí uma cabana e um estábulo, como eles; cacei com eles, com lança e arco-e-flecha; aprendi o ofício de oleiro; consultei os oráculos; e assim por diante. (EVANS-PRITCHARD, 2004)

Já no meu caso, uma das atitudes que tomei foi entrar no GAP³ um dos grupos do SAJU, mas não apenas para interagir, mas para defender a causa também. No entanto é claro isso exigia que eu tivesse clareza entre esses momentos. Por conseguinte, foram experiências importantes e que se complementaram.

CORNÉLIA ECKERT e ANA LUIZA ROCHA (2008) dizem que a prática da pesquisa de campo etnográfica responde a uma demanda científica com origem na inter-relação do pesquisador com os sujeitos pesquisados, em que se recorrem primordialmente a técnicas de pesquisa de observação direta, conversas informais e formais, entrevistas não diretivas, etc. Dos dados coletados, forma-se o conhecimento antropológico.

Fiz algumas entrevistas e estas se concentraram em alguns moradores, sendo eles três lideranças e uma moradora que vi presente em alguns eventos para falar da Vila Dique. As entrevistas foram compostas de um roteiro semiestruturado, no qual fiz algumas perguntas que havia formulado, mas, conforme se dava a conversa, surgiam outros temas.

Estas pessoas, assim como outras que conheci durante a pesquisa, tiveram suas vidas modificadas pela remoção. Hoje alguns preferem o Porto Novo, outros dizem que preferiam estar na Vila Dique, apontando os aspectos bons e ruins de cada bairro. Ainda que alguns moradores tenham preferência pelo novo bairro, não deixam de falar das coisas que faltam desde o tempo da remoção. Segundo alguns moradores, após a retirada, houve uma desarticulação em alguns aspectos da vida política do bairro, fazendo com que houvesse uma diminuição de pessoas que queiram participar mais ativamente das lutas em torno das melhorias na qualidade de vida.

³ Grupo de Assessoria Popular.

Também há que se considerar que ouvi, desde o início da minha pesquisa, que o Porto Novo era um local perigoso. Muitas pessoas com as quais conversei diziam que não se sentiam seguras ao caminhar pelo bairro em determinado horário, por exemplo. Ao final das saídas de campo os relatos sobre o perigo pareceram ter aumentado.

Saliento que esses relatos tiveram consequências visíveis no cotidiano do bairro: eventos tiveram que ser cancelados por causa disso, pais passaram a levar os filhos na escola, e até mesmo um “toque de recolher” aconteceu uma vez. Contudo, continuei fazendo minhas entrevistas, e tentei pensar nessa atmosfera como um meio de interrogações sobre as novas configurações do bairro e suas formas de problematização pelos moradores.

Acima citei a forma de coleta, e como se deu a maneira que pesquisei, mas o que quero trazer também é a maneira da escrita, de como escrever tudo aquilo vivenciado. Para mim foi algo difícil perceber que, depois de praticamente um ano pesquisando nesse espaço, teria que escrever algo sobre eles. O motivo de estar falando isso, é que na minha graduação um dos questionamentos foi como deveríamos escrever; além de ouvir, de um lado, sobre o tentar a neutralidade, e, de outro, de que não há como ser neutro por completo.

Sempre fiquei me questionando como produzir algo assim, que eu pudesse demonstrar que quem fala tal discurso é o meu interlocutor e não apenas minha interpretação. Esses processos são momentos de reflexão e até mesmo angústia por não saber o que realmente fazer. Então pensei em colocar diversas frases e trazer diálogos feitos com eles, para que quem lesse pudesse ver as palavras proferidas pelos moradores, apesar de outros momentos eu relatar o que me contaram; assim como acrescentei, em alguns momentos, análises minhas.

CLIFFORD GEERTZ (2008) chamou a atenção para o fato de que os escritos etnográficos acabados, inclusive os que ele selecionou; aos quais chamamos de nossos dados, podem ser nossa própria construção das construções de outras pessoas. Assim, o que elas e seus compatriotas se propõem está obscurecido, pois a maior parte do que precisamos para compreender um acontecimento particular, um ritual, um costume, uma ideia, ou o que quer que seja, está insinuado como informação de fundo antes da coisa em si mesma ser examinada diretamente.

Contudo, GEERTZ diz que isso leva à visão da pesquisa antropológica como uma atividade mais observadora e menos interpretativa do que ela realmente é, bem no fundo da base fatural, a rocha dura, se é que existe uma de todo o empreendimento. Segundo ele nós

já estamos explicando e, o que é pior, explicando explicações, então a análise é escolher entre as estruturas de significação - o que RYLE (citado por GEERTZ) chamou de *códigos estabelecidos*, uma expressão um tanto mistificadora, pois faz com que o empreendimento soe muito parecido com a tarefa de um decifrador de códigos, quando na verdade ele é muito mais parecido com a do crítico literário - e determinar sua base social e sua importância. Então, o ponto a enfatizar é que a etnografia é uma descrição densa.

Na realidade que o etnógrafo enfrenta, a não ser quando está seguindo as rotinas mais automatizadas de coletar dados, é uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e implícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar. Acrescento que isso é fato em todos os níveis de atividade de seu trabalho de campo, mesmo o mais rotineiro: entrevistar informantes, observar rituais, deduzir os termos de parentesco, traçar as linhas de propriedade, fazer o censo doméstico e escrever seu diário.

Então GEERTZ diz que fazer a etnografia é como tentar ler (no sentido de "construir uma leitura de") um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado. Esse trecho me chamou a atenção por acreditar que estes processos fazem parte de um pesquisar e que a descrição densa é algo que acredito que no meu trabalho ficou como descrição.

SIDNEY MINTZ (1984) diz que FRANZ BOAS acreditava que a ciência da Antropologia só se poderia firmar através do trabalho de campo: contato pessoal prolongado e íntimo com membros da sociedade cuja cultura procurava-se descrever com a minúcia exigida pela ciência. A impaciência dos sucessores de BOAS (e mesmo de alguns de seus epígonos) deveu-se, em grande parte, à relutância daquele em passar progressivamente do registro infinito de detalhes para afirmativas gerais de princípios relativos ao comportamento humano.

Ainda, segundo SIDNEY, BOAS acreditava que a obrigação da Antropologia era a de prover tal descrição, particularmente para aqueles agrupamentos sujeitos a intensas pressões de todo tipo por parte de sociedades industriais amplas e agressivas, como a Alemanha e os Estados Unidos, que BOAS conhecia melhor. O autor também diz que BOAS estava interessado em desenvolver descrições da cultura estudada em termos representativos ou normativos.

Ao dizer isso MINTZ não atribui a ele qualquer desejo de homogeneizar ou fundir evidências de diferenças entre membros de uma única sociedade. Sem dúvida, ele sabia que a gama de variações de todos os tipos em uma mesma sociedade *filo importa quão "simples" fosse poderia ser bem ampla*.

Peguei este trecho para reafirmar o que eu já tinha falado sobre a questão da descrição, e com isso citei estas duas referências pela a questão do descrever. Ou seja, o que eu pretendo demonstrar com isso é que na parte da pesquisa eu fiz mais como uma forma de descrição, repetindo o que disse logo acima, que queria tentar manter o que eles me disseram, mas em meio a isso fazendo algumas análises.

Posso também não ter inserido muita referência na parte pesquisada, mas isso teve como um dos motivos de acreditar que queria colocar mais o que aconteceu durante esse processo do que referenciar a todo o momento. Confesso que isso me incomoda um pouco e por isso optei por explicitar mais a fala dos moradores e o vivenciado, do que colocar mais sobre escrito de outros autores.

1.2 DIREITO À CIDADE E À MORADIA

Optei por trazer brevemente este assunto, pois aparentemente pode parecer que não é discutido o direito à cidade diante do que se vê na prática, mas há muitos pesquisadores, entre profissionais do direito, arquitetura e urbanismo, geografia, sociologia, antropologia, entre outros. Digo isso porque até então desconhecia o quanto há pessoas em articulação para que haja o direito à cidade, cada um de sua forma.

São várias as intervenções e nisso também tem o direito à moradia, ao qual muitas famílias vêm lutando por uma habitação melhor de qualidade, além de tudo o que envolve seu redor. ULPiano TOLEDO⁴, Professor Titular da USP⁵ do DH-FFLCH⁶ e membro do conselho consultivo do IPHAN, diz:

⁴ Ele também é membro fundador do Comitê Brasileiro do International Council on Monuments and Sites (ICOMOS) e Conselheiro do Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional (IPHAN). Foi conselheiro, Vice-Presidente e Presidente interino do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) e Vice-Presidente do Comitê Brasileiro do International Council of Museums (ICOM/UNESCO).

⁵ Universidade de São Paulo.

⁶ Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Departamento de História.

[...] A cidade, como bem cultural, é aquela marcada diferencialmente por sentidos e valores, instituídos nas práticas sociais e necessários para que estas se revistam da marca específica da condição humana. Assim, a cidade culturalmente qualificada é boa para ser conhecida (pelo habitante, pelo turista, pelo que tem aí negócios a tratar, pelo técnico, etc.), boa para ser contemplada, esteticamente fruída, analisada, apropriada pela memória, consumida afetiva e identitariamente, mas também, e acima de tudo, é boa para ser praticada, na plenitude de seu potencial. Em outras palavras, para ser culturalmente qualificada como cidade, ela precisa ser boa como cidade, precisa de condições de viabilidade econômica, infraestrutura, políticas adequadas de habitação, transporte, saúde, educação, etc. (TOLEDO, 2005)

Logo, entendo que cidade é um espaço com diversas funções, o qual tem que ser um lugar para que todas possam usufruí-lo seja da fora que for, mas tendo acesso a todos os recursos. A cidade é um lugar para todos, mas ao ver reportagens, pesquisas e o trabalho que venho fazendo, vem à tona que esses aspectos, na realidade, em alguns casos não acontecem, pois como a política de habitação, há muito a ser feito. Diz o estatuto da cidade:

A cidade é fruto do trabalho coletivo de uma sociedade. Nela está materializada a história de um povo, suas relações sociais, políticas, econômicas e religiosas. Sua existência ao longo do tempo é determinada pela necessidade humana de se agregar, de se inter-relacionar, de se organizar em torno do bem-estar comum; de produzir e trocar bens e serviços; de criar cultura e arte; de manifestar sentimentos e anseios que só se concretizam na diversidade que a vida urbana proporciona. Todos buscamos uma cidade mais justa e mais democrática, que possa de alguma forma responder à realização dos nossos sonhos. (SENADO FEDERAL, 2005)

A partir desse trecho penso que a cidade é um lugar em que além de todos os recursos que são de nosso direito, é onde construímos nossa vida, experiência, família, lazer entre outros aspectos. Os moradores da Vila Dique construíram seus laços vindos de outras cidades para Porto Alegre, e com isso consolidaram grande parte de sua vida naquele espaço.

Na cartilha da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), a qual tem o objetivo de difundir informações e conhecimento sobre direitos humanos, participação popular, atores envolvidos, instrumentos para proteção e defesa de direitos, assim como reparação das violações, tem um ponto em que fala sobre direito à moradia:

Uma ação que pretende remover uma comunidade não pode ser pensada como uma simples remoção, mas deve estar em uma política habitacional que garanta o direito à moradia adequada em todos os componentes indicados acima *, possuindo como diretriz o mínimo de remoções e caso necessário, o reassentamento o mais próximo do local da moradia original.

A política habitacional também deve levar em conta aspectos culturais, ou seja, o modo de vida, os laços de sociabilidade criados entre os moradores, a relação histórica entre os moradores com o bairro, o tipo de habitação etc. Assim por exemplo, se a população a ser reassentada mora em casas deve preferencialmente ser reassentada em casas. (SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS, 2012)

Se compararmos com a remoção feita da Vila Dique ao lugar realocado, percebemos que a antiga vila e a atual, não são tão próximas, além de a antiga ter acessibilidade que tinham, como as fábricas em volta, por exemplo a CEASA⁷, onde conseguiam verduras, também ficavam em um lugar mais isolado. E o que acontece hoje é que colocaram os moradores em meio a outras vilas onde há relatos de disputas pelo espaço no tráfico, e de *bullying* com as crianças na escola.

Quanto à relação e sociabilidade, o que de fato se perdeu bastante, segundo alguns moradores, é a falta de mais articulação. Estas pessoas não foram realocadas ao mesmo tempo, teve gente que foi para o Porto Novo, em 2009, 2010, 2011 e assim por diante, vizinhos não são os mesmos, segundo os moradores e alguns nem se gostam. Já na questão habitação os relatos dos moradores da Vila Dique tanto ao Porto Novo, quanto na Dique, percebemos que a ação feita não foi totalmente planejada, suas casas possuem 36m², quando na antiga suas casas eram muito maiores.

JULIANA MESOMO (2014) diz que os relatos de mudanças de casas anteriores tinham a ver com “melhorar” de vida de alguma forma: ir para uma casa maior porque os filhos estavam crescendo e deixar a casa da mãe. Assim aconteceu na Dique quando as casas foram sendo aumentadas com o passar dos anos, pois os filhos iam casando e constituindo família.

Hoje não são casas onde eles moram, são um tipo de apartamento, o qual há um que o morador escolheu não ter dois andares, por questões de um familiar não poder subir as escadas. Essa habitação foi dividida, uma família mora em cima e outra em baixo, a casa de cima não tem garagem ou nem pátio. É bastante complicado, pois teriam que se adaptar ao um espaço menor, sendo que há famílias grandes. Conseqüentemente, ao entrevistar, analisar, pesquisar, vemos que muita coisa não foi planejada ou dialogada.

⁷ Centro Estadual de Abastecimento.

O Estatuto da Cidade foi aprovado pelo Congresso Nacional, que regulamenta a Política Urbana (Art. 182; 183), da Constituição Federal de 1988. Este se encarrega, pela Constituição, de definir o que significa “função social da cidade e propriedade privada”. A lei atribui a tarefa aos municípios, que oferece às cidades um conjunto de instrumentos de intervenção e ordenamento de seus territórios, e uma concepção de planejamento e gestão urbana e territorial (ESTATUTO DA CIDADE, 2005).

Dou como exemplo, pois foram 11 anos de debates até que o congresso aprovou, no ano de 2001, o Estatuto da Cidade, contudo diante dos acontecimentos e principalmente antes, durante e após a copa, houve muitas remoções no Brasil, em que há várias irregularidades. Através de pesquisas e estudos isso pode ser observado, pois nessa mesma cartilha, constam os componentes do direito à moradia prevista nas Normas Internacionais de Direitos Humanos, das quais o Brasil é signatário.

Conforme Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1996, artigo 11; Comentário geral do Comitê DESC, nº 4, entre outros, são:

- Adequada habitabilidade;
- Segurança jurídica da posse;
- Disponibilidade de serviços de infraestrutura;
- Custo acessível;
- Acessibilidade às minorias;
- Boa localização; e
- Adequação cultural.

Com isso, percebo que não tem como apenas fazer casas para realocar os moradores, mas que haja acessibilidade a todos os aspectos para que se consiga viver. A cidade envolve relações, lazer, assim, a partir da leitura de HENRI LEFEBVRE (2013), entendo que no texto a questão de construir uma nova cidade, diferente de antes e de agora, e que isso se daria apenas se a classe operaria fizesse essa mudança. No meu entender a cidade que ele fala (atual) é uma cidade industrializada, onde não há espaço para o lazer e os trabalhadores estão mecanizados.

KARL MARX (1996) também fala que o lazeres, entre outras coisas que são prazerosas,

acabam sendo apenas desfrutadas pela burguesia, por isso são os trabalhadores que terão que mudar esse novo aspecto da cidade. O autor também traz novas ideias de ciência da cidade, que não haja apenas uma ideologia para não barrar outras ideias. Então, o direito à cidade seria de fazer mudança daquele espaço onde não pode ser apenas de trabalho, mas também de lazer, que as pessoas exijam o direito ao campo, mas a ideia é não querer se “refugiar” em outro espaço, todavia daquele lugar onde está.

1.3 MEGAEVENTOS E SUAS REMOÇÕES: NO BRASIL E NO MUNDO.

Quero falar sobre a copa do mundo, pois antes desse evento, teve muitos prós e contras, mas ouvi muito que a remoção da Dique se deu mais rápido por causa do mesmo. Fiz uma pesquisa no site do DEMHAB⁸, na qual estavam falando sobre o projeto de ampliação das avenidas Severo Dullius e Avenida das Indústrias, avenidas que cruzam a Vila Dique.

No artigo FÁBIO FONSECA; ELAINE CARVALHO & MARCELO AUGUSTO (2014) falam sobre diversos aspectos, inclusive os impactos econômicos e à cidade. Logo, mesmo havendo aspectos positivos nas Olimpíadas, no ano de 1992, em Barcelona, ocorreu um forte processo de gentrificação⁹, em que 624 famílias foram desalojadas, removidas.

Em uma matéria no jornal Estadão apresentam-se vários megaeventos e os impactos que causaram nos moradores que foram desalojados. Os dados demonstrados são: Na Olimpíada em Seul, em 1988, 48 mil edifícios foram demolidos e 15% da população foi violentamente expulsa. Nos Estados Unidos na Copa do Mundo, em 1994, em Dallas cerca de 300 pessoas foram expulsas de suas casas, motivo de para preparação para a Copa.

Já em 1996, em Atlanta, por volta de 15 mil residentes com renda baixa foram expulsos da cidade. Cerca de 1.200 unidades de habitação para população pobre foram destruídas. Nas Olimpíadas de 2000, em Sydney, há indicação de que 6 mil pessoas foram desalojadas, e com a especulação imobiliária houve aumento de 50% no preço dos imóveis.

Ainda nessa reportagem, em 2008, nas Olimpíadas de Pequim, houve realocação de moradores em grande escala, e foram relatadas denúncias sobre despejos por massa, sendo

⁸ Departamento Municipal de Habitação (Prefeitura de Porto Alegre).

⁹ Gentrificação: Processo de valorização imobiliária de uma zona urbana, geralmente acompanhada da deslocação dos residentes com menor poder econômico para outro local e da entrada de residentes com maior poder econômico. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2013. Disponível em: www.priberam.pt/dlpo: Acesso em: 29/11/2014.

por homens que não foram identificados. Foram cerca de 1,5 milhões de pessoas deslocadas. Em Commonwealth, Nova Dali, na Índia, foram 35 mil pessoas expulsas das terras públicas.

Trago como exemplo também a África do Sul, onde foi sediada a Copa do Mundo de Futebol de 2010. No texto de MONDLI HLATSHWAYO (2011), em Soccer City, ele diz que o Centro pelo Direito à Moradia Contra Despejo (COHRE) relatou, em 2008, que na tentativa de criar “cidades mundiais” na África do Sul, e afirmar a posição do país como um ator global, propício para oportunidades de investimento, havia o temor de que a elitização removesse os pobres do centro da cidade para áreas periféricas, onde os recursos e as oportunidades econômicas são escassos.

HLATSHWAYO também fala que a cidade de Johannesburgo expulsou forçadamente milhares de pobres do centro da cidade onde tinha o objetivo de criar uma “cidade africana mundial”. Além disso, também a estratégia previu a desocupação de 235 “prédios ruins”, vistas como “sumidouros” de desenvolvimento, segundo ele.

O autor traz vários aspectos sobre esses processos, entre eles o de que em Johannesburgo o Conselho conseguiu ordens urgentes de despejo, com o pretexto de que estariam preocupados com a saúde e a segurança dos moradores. Entretanto, o que é mais aterrorizante é que as expulsões aconteceram pela noite e não foram avisadas.

Essas pessoas não foram consultadas, não foi oferecida alternativa, e os moradores ficaram desabrigadas nas ruas. Essa estratégia afetou cerca de 70.000 moradores desses “prédios ruins”. Claro que outros fatos relacionados à Copa aconteceram, mas percebemos, através deste texto, que essa situação exemplificada já é um acontecimento bastante sério.

No caso do Brasil o Governo Federal apresentou número oficial sobre essas desapropriações e remoções, que foram 13.558 as famílias que atingidas, em dez cidades. Contudo, há pesquisadores que dizem que há dados incompletos. Demonstrei todos estes dados porque tanto falamos nas remoções, aqui no Brasil, mas precisamos entender que não apenas aqui, mas em diversos megaeventos essas remoções foram feitas.

Logo, percebemos que a população mais pobre é quem sofre as consequências para sediar algum evento, assim como não há nenhuma preocupação com elas; no Brasil, por exemplo, são colocadas o mais distante possível dos centros. Não apenas os megaeventos promovem esses fatos, mas tudo que envolve interesses na região. Com as remoções também pode acabar a articulação política dos moradores, fazendo com que não consigam se associar para lutar, e isso é bastante importante para continuarem exigindo os seus direitos.

1.4 PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO

Apenas para fazer um breve retrospecto, a cidade já sofreu grandes modificações e esse processo não para, pois quando o assunto é desenvolvimento urbano, o discurso dos desenvolvimentistas está entranhado de palavras de ordem, como melhorias para a população, para o trânsito, para a cidade. Todavia, na realidade as coisas acontecem de formas diferentes e a população referida é a que tem interesses, e a mais pobre sempre acaba sofrendo as piores consequências.

Em plena Copa do Mundo, as frases que ouço na televisão são as de que “somos hospitaleiros”, “somos acolhedores”. Entretanto, tais palavras falam sobre o nosso jeito de ser ao tratar quem vem ao Brasil, pois, com uma análise mais acurada, vemos que não há um acolhimento por parte do Estado, pelo contrário, expulsam quem vive em lugares simples, mas que ali pode ser, para alguns, um espaço que irá gerar muitos lucros.

Com isso busco um pouco da história, alguns pontos importantes para ilustrar e perceber que esses processos já vinham desde muito tempo. Na Revolução Industrial Inglesa, em que se deu o início da urbanização moderna, em meados do século XVIII, isso se ocorreu porque foram introduzidas novas técnicas e mecanização, assim, acabou diminuindo a necessidade de mão de obra no campo.

Dessa forma, isso fez com que a população urbana crescesse pelas oportunidades que a modernização estava oferecendo. Mas temos que deixar claro que esse tipo de processo se deu de maneira bastante rápida quando na urbanização moderna, mas, desde as primeiras cidades da Mesopotâmia, quatro mil anos antes da era cristã, já havia urbanização.

Em um trecho em que LEFEBVRE, em o *Direito à cidade*, ao expor a *problemática urbana*, fala que a industrialização impõe um ponto de partida, e que esse seria o processo de industrialização. Sem possibilidades de contestação, tal processo é, há um século e meio, o motor das transformações na cidade.

Ao distinguir o indutor e o induzido, segundo ele, pode-se dizer que o processo de industrialização é o indutor. Entre os induzidos, os problemas relativos ao crescimento e à planificação, as questões referentes cidade e ao desenvolvimento da realidade urbana, sem omitir a crescente importância dos lazeres e das questões relativas à cultura.

Em outro trecho de LEFEBVRE do mesmo livro mencionando, ele fala que os subúrbios foram criados sob a pressão das circunstâncias, a fim de responder ao impulso

cego, que para o autor, ainda que motivado e orientado pela industrialização, respondendo à chegada maciça dos camponeses levados para os centros urbanos. Com isso, percebemos que com a industrialização muitas pessoas vindas do interior quiseram tentar uma chance de trabalho, entre outros motivos, mas que nesse espaço de talvez esperança, acabaram sendo afastadas para os subúrbios.

Mas voltando muitos anos atrás, sobre os processos de remoção que aconteceram aqui no Brasil, temos o caso dos veteranos da Guerra de Canudos, vindos da Bahia, em 1887, que chegaram ao Rio de Janeiro em busca de moradia. Por eles não terem casa, construíram barracos, primeiro no morro Santo Antônio e depois no morro da Providência, e apesar de falarem que oficialmente a primeira foi a da Providência, outros estudos dizem que em Santo Antônio já havia moradores.

A primeira intervenção em 1910, na qual o prefeito Francisco Pereira Passos demoliu centenas de cortiços e favelas, para uma reforma urbana que desejava fazer, inspirada no que o barão Georges Eugène Haussmann, que era prefeito do Rio Sena e administrador da Gironde, fez em Paris, quando derrubou casas e retirou as ruas estreitas fazendo-as mais largas onde não pudesse haver barricadas. Colocou imensos *boulevards*, o que elevou muito o custo do solo no centro de Paris e expulsou a população pobre para as periferias.

ROGÉRIO PROENÇA LEITE (20013) cita Baltimore em seu texto *Contra-usos e Espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown*, em que ele dizia, pela primeira vez, de forma mais metódica, o princípio haussmaniano de pulverizar manifestações públicas e higienizar a cidade, criando a sensação de um local limpo e seguro. Com isso, parece que essa ideia ainda está na cabeça de muitos dos que se importam mais com espaços bonitos, limpos, do que com os moradores.

Entendo que esses processos ainda são frequentes diante das remoções que estão acontecendo para receber a Copa do Mundo no Brasil. Neste processo de limpeza, a população mais pobre é quem está sendo removida, não apenas do local onde se encontra, mas aos olhos, sempre afastando-os do centro.

2 INÍCIO DO CAMPO E OS DIÁLOGOS ENTRE MORADORES E ÓRGÃOS PÚBLICOS

Neste capítulo eu utilizo da descrição etnográfica sobre a mobilização de moradores contra a falta de recebimento de cartas, em função da ausência de CEP. Como apontei na introdução, é possível pensar a ausência do CEP como demonstrando os limites dos processos de remoção. Quando consideramos o CEP como um cadastro de localização de moradias e de inscrição pública de áreas que são habitadas por determinadas populações, a ausência dele, no caso de Porto Novo, mostra as dificuldades de inscrição da população removida da Vila Dique.

Ao descrever os processos de mobilização política dos moradores, tento demonstrar quem são esses agentes que lutam e diálogos com alguns órgãos para a busca do mesmo. Mas também trago um pouco sobre o início deste contato, uma vez que a pesquisa teve começo em uma reunião feita no DEMHAB, com isso deu para começar a entender os conflitos que ali permeiam. Incluí, também, quem são esses atores que foram os meus interlocutores nesse processo de pesquisa.

2.1 OS MORADORES

De modo geral, o que creio ser importante reter das reconstituições das histórias de vida dos informantes é que uma concepção de tempo é ali apreendida e vivida como desterritorialização: na base de uma intensa mobilidade espacial são experienciados rompimentos e dissoluções de certas disposições de vida, as quais precisam ser renovadas ou reinventadas a cada novo reassentamento, a cada nova tentativa de estabilização e enraizamento. Subjacente a um nomadismo estratégico ou compreendido como fatalidade, à medida que percebido como consequência de constrangimentos externos, vive-se a dissolução de ordens de pertencimento a diferentes redes de sociabilidade distanciadas no tempo e no espaço. (SANT'ANA, 1997)

No início da pesquisa a relação se dava mais entre diálogos e observação participante, mas depois de ter sentido mais preparada para fazer as entrevistas então comecei. Mas digo isso um pouco por causa dos horários, alguns entrevistados estavam na “corrida” e também dependia dos meus horários que, por algumas vezes, dependia de “encaixes” para conseguir entrevistá-los.

Fui bem recebida por todos e percebi que não se sentiram constrangidos ou que não queriam falar, pelo contrário, alguns deles, a meu ver, tinham muita vontade de se expressar. Trouxe um pouco de cada fala para contrastar as diferentes visões sobre como se deu alguns fatos. Quando fazia as entrevistas, parecia que o tempo voava, às vezes pensava que era mais cedo, olhava para o relógio, e percebia que fiquei ali durante muito tempo.

Naquele momento acho que eu me “desligava” um pouco das coisas e ficava concentrada em perguntar e dialogar. Com isso trago, aqui, um pouco de quem são essas pessoas que fizeram parte deste trabalho, os interlocutores, os quais me relataram coisas muito ricas e uma experiência muito boa ouvi-los.

Para BOURDIEU (2006) capital cultural é um conjunto de recursos, competências e apetências que são disponíveis mobilizáveis em matéria de cultura dominante ou legítima. E isso pode existir em dois estados; o primeiro, em que incorporado, quando faz parte das disposições do *habitus* e dos agentes; e o segundo, objetivado, quando é certificado através de provas, atributos ou títulos, que são designadamente escolares.

Como todos os outros capitais, o cultural também confere poderes que propiciam probabilidades de lucro, tais como, econômico, cultural, social ou simbólico, nos campos e mercados que são eficientes. Em suma, independente do capital, será subentendida uma relação de dominação e apropriação ou até desapropriação. Para que aja a ascensão ao estatuto de capital cultural desse saber, este precisa ser reconhecido e legitimado como tal.

ARLEI DAMO (2008) diz que em tese, quanto maior for o volume de capital político de um conselheiro, maior é a tendência de ele vir a ser respeitado. Ter eloquência, retórica, domínio da burocracia, pertencimento a redes de relações influentes, incluindo se políticos convencionais fizerem ameaças (e eventualmente cumpri-las), seduzir eleitores, entre outros, são alguns dos mais importantes capitais de um conselheiro.

Contudo, percebi no Porto Novo, que quando perguntei a Fátima sobre o presidente do conjunto habitacional, ela disse que não sabia quem era. Então entendi que mesmo que esses moradores sejam aqueles bem conhecidos, os que estão à frente das coisas, a meu ver, não eram sabidos por parte dos outros, quem providenciou quem participou e quais eventos acontecem. Mas quanto a todos os elementos de um conselheiro, não presenciei e nem ouvi sobre ameaças. Mas isso vai se demonstrando ao decorrer da pesquisa.

Quem me fez o convite para ir à reunião do DEMHAB, como já mencionado, foi Laura, membro do clube de mães e agente comunitária de saúde no Posto. Veio da cidade de

Palmitinho, desde os seus 23 anos foi morar na Vila Dique; e sua mudança para o Porto Novo foi no ano de 2012. Ela também participa do Projeto Memórias da Vila Dique, vinculado à FACED¹⁰. Falei com Laura pela primeira vez no salão de extensão da UFRGS¹¹ e a partir disso, passou-me seu contato.

Entretanto, antes disso eu havia conseguido o email da médica do Posto, que falou sobre a exposição que estavam fazendo. Então Laura falou dos eventos que estavam por vir. Fazer entrevista com ela foi um pouco difícil por causa do tempo que é bem corrido, porém, depois que fiz a entrevista pela primeira vez, convidou-me para participar do projeto Memórias para que eu soubesse tudo sobre a Dique.

Fátima disse que foi removida em 2012, sendo um dos últimos grupos. Trabalhou no Galpão de reciclagem durante muitos anos, e na Dique desde os 13/14 anos de idade, estando hoje entre os 40/45 anos. Nas entrevistas fui recebida em sua casa, havíamos nos encontrado pela primeira vez em um uma mesa redonda que se deu no Santander Cultural, evento da Feira do Livro, e ao final deste conversamos.

Gonçalo é, segundo ele, conselheiro fiscal da Vila, porém disse que será necessário fazer nova votação¹², pois está passando do prazo e essa votação foi feita na Vila Dique ainda, sendo que no Porto Novo ainda não o fizeram. Ele chegou à Vila Dique nos anos de 1989 e morou por 22 anos lá. Sendo sua mudança no ano de 2011, nesse percurso ele teve de fazer um transplante de fígado. Sua esposa, no entanto, morava em Alvorada e depois foi para a Dique ficando lá por volta de 10 anos.

Em sua casa moram ele, a esposa e duas filhas, os outros filhos moram em outro lugar. Sempre que o entrevistei fui recebida com um café, ou quando fui pela parte da manhã, me convidou para o almoço. Em todas as reuniões, a sua família estava presente, sempre também relatando ou comentando algum fato.

Com todas essas dúvidas e anseios precisava também conversar com Paulo, pois era importante ouvir sua fala e sua visão sobre o que tem acontecido. Certo dia, ao fazer entrevista com Laura, estávamos indo ao posto, e ela me mostra a casa do seu Paulo, um pouco de longe, e ao fazer isso, ela vê ele em frente à casa e fala para eu aproveitar e ir conversar com ele.

¹⁰ Faculdade de Educação da UFRGS.

¹¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

¹² Nesta votação consistem para presidente, vice, três conselheiros fiscais, e três suplentes.

Ela falou várias vezes para eu ir até lá e fiquei preocupada, quando ela me disse “vai lá e depois me conta”. Cheguei meio tímida, até porque eu o vi apenas uma vez e achava que ele não me reconheceria. Estava receosa de ir até ele, mas fui. Seu Paulo é o presidente da comunidade, o que para os moradores que entrevistei, uma não sabia e outros dois disseram que já passou o tempo, uma vez que a votação é feita de dois em dois anos.

Desde 1983 morou na vila Dique, e ele acredita que mora no Porto Novo desde 2012. Mas voltando ao dia em que falei com ele pela primeira vez, quando me aproximei havia mais pessoas na qual ele estava conversando, quando cheguei cumprimentei e perguntei “O senhor é o seu Paulo?”. E ele disse que era o irmão, mas que eu podia falar com ele também sobre o que se tratava. Com isso falei o que eu pretendia e porque gostaria de falar com ele, e foi aí que acabou dizendo que era o seu Paulo mesmo.

Senti uma sensação estranha perante isso, pois acredito que dependesse do assunto, ele não falaria comigo, mas isso é apenas uma hipótese. Queria fazer algumas perguntas, mas não pretendia ficar ali por muito tempo, pois não sabia que iria falar com ele naquele dia. Ele falou muito, durante horas, e até o que não cabe à pesquisa, mas fiz algumas perguntas que queria muito lhe fazer e peguei seu contato, para outra conversa.

Assim, DAMO (2008) descreve em seu artigo que o gosto pelo assembleísmo, ter assiduidade aos eventos, intervir nas discussões, tomadas de posição, estratégias de luta, os arranjos situacionais, a capacidade de barganha e o acesso a redes de relações influentes são parte de um extenso leque de atributos que constituem o patrimônio dos líderes comunitários.

Penso, assim, que seja como for, esses moradores agiram, cada um a sua forma, para lutar por melhorias e isso está presente em suas falas. Há o caso, por exemplo, de um dos moradores que não é uma das lideranças, mas uma pessoa presente aos eventos os quais se tratam da remoção, em que sempre chama a atenção pela sua espontaneidade.

Esses moradores permitiram que eu soubesse um pouco de suas vidas e analisasse suas formas de lutas; havia o discurso de pedir por toda a comunidade e pedir para si (aos amigos, familiares). Assim, Laura e Gonçalo sempre relatavam que pediam para todos, a comunidade; Fátima acha importante a participação de todos; e Paulo falou muito sobre a comunidade intervir. Essas foram as impressões nos momentos de entrevista e reuniões.

2.2 O PRIMEIRO ENCONTRO

No texto de GILBERTO VELHO (1978), *Observando o familiar*, ele coloca que se insiste na ideia de que para conhecer certas áreas ou dimensões de uma sociedade é necessário um contato, uma vivência durante um período de tempo razoavelmente longo. Isso ocorre pois existem aspectos de uma cultura e de uma sociedade que não são explicitados, que não aparecem à superfície, e que exigem um esforço maior, mais detalhado e aprofundado de observação e empatia.

A partir desse trecho penso que apesar de poder ter tido uma vivência por mais tempo, naquela época, acredito que depois, com alguns moradores e especificamente com os quatros moradores, deu para começar a entender esse espaço me que muita coisa não apareceu à superfície. Logo, em uma reunião no DEMHAB na qual foi Laura que me fez o convite para ir, foi onde alguns dos moradores, entre eles os representantes, estavam para saber qual era a situação dos que ainda precisavam ser removidos.

Antes a reunião era para ser na Câmara dos Vereadores, mas no mesmo dia acabou sendo transferida. Quando cheguei lá vi uma das minhas interlocutoras, a Laura que foi quem me avisou da reunião, e durante a espera eles já estavam conversando sobre a situação. Entre os presentes, seu Zé Mello, o qual fiquei ouvindo e tentando interagir. Junto estavam outros profissionais que os acompanham e que já mencionei na introdução.

Havia algumas pessoas contando a sua situação, e uma delas falou que todos moravam na mesma casa, ela, a mãe, filha, eu não lembro se ela mencionou o marido, mas a questão era que a sua mãe foi para o Porto Novo, mas é idosa e foi pedido que a casa fosse adaptada, pois como as casas têm dois andares a senhora não pode subir as escadas. Segundo essa mulher, eles disseram que iriam adaptar, mas, na verdade, não fizeram o que prometeram. Ela falou sobre os desdobramentos que até então desconhecia, e também me falou que está pagando aluguel já que apenas a sua mãe reside no Porto Novo.

Quanto, na hora da reunião, nem todas as pessoas podiam entrar apenas os representantes, a vereadora e a jornalista, que já tinha falado com a vereadora que a princípio também entraria, além do rapaz do SAJU. Eu até então não sabia se iria conseguir entrar, uma vez que estávamos esperando na frente do elevador e duas pessoas esperavam para subir, e uma delas me puxou e disse para ir junto, pois eu poderia dar mais uma ajuda.

É muito interessante ver as pessoas com muita vontade de falar o que pensam e a vontade de que lhes ouçam. Eles estão lutando muito para serem ouvidos, pelas autoridades ou quem possam fazer algo para ajudar. Assim, ECKERT & ROCHA (2008) dizem que o método etnográfico é a base onde se apóia o edifício da formação de um antropólogo.

A pesquisa etnográfica, que é constituída pelo exercício do olhar (ver) e do escutar (ouvir), impõe ao pesquisador um distanciamento da sua própria cultura para que possa se situar dentro do fenômeno por ele observado, na sua participação efetiva e nas formas de sociabilidade encontrada na realidade investigada. Naquele momento todas essas coisas, eram extremamente importantes para entender aquele espaço, as pessoas, o que pensavam, e a relação deles com o DEMHAB, o que deu para perceber que era conflituosa.

Também considerei que naquele momento de primeiro contato, era melhor observar e interagir do que questioná-los. E quanto ao distanciamento, é algo complicado em meio aos relatos de indignação e angústia dos moradores, mas são coisas que em diversos momentos percebemos que estamos tão imersos no campo que precisamos nos distanciar um pouco para não misturar algumas coisas, mas confesso que, pelo menos para mim, não há como não se distanciar por completo.

Vários assuntos foram tratados e comecei entender os desdobramentos, que em seu início pareciam meio confusos, por exemplo, se na época uma família tem um filho/filha que na época tinha 14 anos e hoje está com 20 e tem uma família, este terá direito de conseguir uma casa, mas será necessária a condição de que essa pessoa esteja cadastrada. Com isso várias mães e pais estão esperando ansiosamente para que seus filhos sejam beneficiados.

Outro ponto discutido foi o da remoção dos que ainda permanecem na Vila Dique, a princípio estão construindo mais casas para que estes se mudem, e segundo os responsáveis até dezembro do ano que vem¹³ estará tudo pronto. Ainda são 98 famílias na vila Dique. Os primeiros a serem removidos serão os que se encontram em zona de risco e cadastrados.

Como ainda não ficou pronto, algumas pessoas haviam saído da vila Dique e estão pagando aluguel. Com isso disseram que iriam dar o aluguel social básico de 250,00 reais que poderia servir de complemento para quem já está pagando, mas para isso a pessoas teriam que ter o contrato para mostrar que estão pagando.

¹³ Entrevista feita em 2013, ou seja, a remoção era prevista para dezembro de 2014.

Foi interessante quando uma mulher, que na hora não entendi quem era, fez uma pergunta especificamente sobre o caso em que se encontram, se pertenciam ao PAC¹⁴ do aeroporto, pois o procedimento poderia ser diferente, mas tudo ficou assim. A partir daí decidiram fazer uma reunião na comunidade para esclarecerem as dúvidas sobre os desdobramentos, aluguel social entre outros questionamentos.

A reunião inicialmente havia sido marcada para o dia 26 de novembro, na terça-feira, ao final da tarde, para que todos ou quase todos pudessem ir. Miranda disse que não poderia ser muito tarde, pois anda muito perigoso dentro da vila, mas como já é horário de verão foi marcado, pelo que lembro às 17h. Foi combinado que seriam colocados cartazes no Porto Novo para que todos soubessem da reunião.

Após o encontro alguns foram procurar o nome de seus filhos para ver se estão cadastrados nos desdobramentos, e pelo que percebi alguns estavam insatisfeitos, pois não havia certos nomes. Fui até a Laura para me despedir e ela me pareceu um pouco chateada em função da lista de nomes cadastrados, em que parece que seu filho não consta ou não foi contemplado - sobre esta lista falarei mais tarde, em outro capítulo. Também me despedi de outros moradores e uma delas se mostrou também aberta para falar do Porto Novo, no entanto, infelizmente acabei não pegando o seu contato.

Conforme mencionei antes, este é um espaço de conflito, mas o problema maior é com uma das agentes deste órgão, uma vez que percebi que ela usou de termos difíceis e expressão não muito clara. Porém, no decorrer da pesquisa, os moradores relatam sobre a complicada relação que eles têm com ela.

2.3 INÍCIO DA AÇÃO CONTRA OS CORREIOS E BUSCA PELO CEP

Através das entrevistas e do SAJU, soube que Laura e Gonçalo estavam nessa luta pelo CEP¹⁵ por causa do não recebimento de cartas privadas e de todos os moradores em suas residências. Em uma entrevista com seu Gonçalo, perguntei se eles quem foram atrás do CEP e como conheceram o SAJU. Ele começou a dizer que foi a Laura que teve o contato com o órgão, “foi ela que largou na mão”, assim como fizeram a reunião com o DEMHAB no Porto Novo a convite da Laura.

¹⁴ Programa de Aceleração do Crescimento.

¹⁵ Código de Endereçamento Postal

Seu Gonçalo informou que estavam procurando alguém que fizesse algo por eles, disse que “como se diz lá fora, a gente tava no mato sem cachorro”, pois não sabiam o que iam fazer, pensaram que se fossem para à Justiça individualmente iria acontecer como em outros casos que ele citou, demoraria e não teriam solução nenhuma. Ele foi conhecer o SAJU nas reuniões e a vereadora fez umas reuniões no DEMHAB também.

Disse que estavam pensando em entrar na Justiça com uma ação coletiva, mas o pessoal estava sem dinheiro para pagar o custo de um processo. Alguém lhe falou que a defensoria não entra contra órgão público, e ele disse que lhe barraram, pois isso não podia. Foi através de reuniões que tiveram contato com o SAJU, o qual foi uma das portas onde conseguiram acessar a Defensoria Pública do Estado, junto ao procurador do MPF¹⁶.

Seu Gonçalo fala que as duas reuniões que tiveram, uma com a MPF e a outra da DPE¹⁷, foi através do SAJU, pois sozinhos, segundo ele, não iriam ter condições. Em sua frase “porque nós sozinho não ia ter condição, primeiro eles não iam nem receber nós”, ele afirma que uma vez foi à Defensoria Pública e houve um defensor que lhe disse “não, não, eu não vou, não tem como fazer isso, o DEMHAB dá casa para quem ele quer”.

Para seu Gonçalo confirmava-se o que diziam que eles não iam contra órgão público, e disse “aí então agora estamos mal, estamos ralados, o cara não se interessou. Não gravei o nome dele, nem merecia gravar o nome dele na minha cabeça, pelo jeito que ele me tratou. Ela tava lá sendo pago como defensor público. Mas todo órgão tem essas pessoas que só vão lá para pegar o dinheiro e no fim do mês e o que é para eles fazer, eles não fazem”.

Durante seu relato pude perceber sua angústia, indignação com o não recebimento por parte do defensor. Ele entra na questão de que se estivessem sozinhos não iriam conseguir, justamente pelo tratamento recebido, e que só quando o SAJU o acompanhou foi que conseguiram. Durante sua fala, se escuta muito sobre o grupo de assessoria, pelo qual demonstra um sentimento de gratidão e até carinho.

¹⁶ Ministério Público Federal.

¹⁷ Defensoria Pública do Estado.

ROBERTO KANT DE LIMA (1989) diz que uma das características de nossa cultura jurídica é que no processo judicial vale o *brocardo jurídico*: "o que não está nos autos não está no mundo". Isso acaba burocratizando e fazendo com que determinadas ações, sob essa ótica jurídica, acabem não entrando. Ou seja, as outras reclamações que eles fazem, essas que vão desde mau tratamento até algumas promessas não cumpridas, são relatadas mas, mesmo assim, não entram no jurídico.

Ao falar sobre a ação contra os Correios, questionei sobre quando eles descobriram o SAJU, comentei sobre o que Gonçalo contou, que eles tinham pensando em outras formas de entrar contra a empresa. Laura disse que o Gonçalo fazia parte da diretoria do Paulo, ele era conselho fiscal da associação do mesmo, não sabia ao certo, mas parece que o Paulo tinha entrado com algumas ações, pedindo que os Correios ingressassem junto ao DEMHAB, mas ele não conseguiu, "ele não conseguiu nada".

Em sua entrevista, Laura contou-me que quando conseguiu reunir o SAJU seu Gonçalo andou "espalhando" pela vila que era ele que tinha conseguido. Questionei sobre a descoberta do SAJU, e ela contou que a professora Clara¹⁸ lhe disse. Em seguida perguntei se eles repassaram e ela afirmou que sim. E depois sobre como o seu Gonçalo entrou, ela disse que convidou ele. Ela falou "ó Gonçalo, tem um grupo assim, assim, a gente tá tentando que os Correios fizessem". Foi aí que o convidou para ir às reuniões na Defensoria.

Perguntei se eles estavam se articulando ante, e Laura falou que sim, que isso tudo começou por causa do grupo memória. O Gonçalo pegou na metade, pois ela já tinha articulado muita coisa. Ele estava entrando com as questões das casas, pois seus filhos não ganharam casa, então ele disse "Laura então vamos entrar e eu queria a tua ajuda", assim uniram os dois fatos.

Em 2012, o grupo do SAJU começou algumas reuniões com a comunidade, entretanto, segundo Laura, eles agiram rápido junto à Defensora Federal, que ela considera muito boa. Quanto às respostas dos Correios, foram muitas, ligavam para saber se tudo estava sendo cumprido. Após contar sobre os Correios, ela comentou que eles (Defensoria Federal) conseguiram cancelar as cobranças das casas.

¹⁸ Professora vinculada à FACED/UFRGS.

Eles estavam recebendo, Laura acha que foi o assessor da Defensora Federal que ligou perguntando se ela poderia levar as contas de alguns moradores, ela levou e eles tiraram cópias. Então chamaram o DEMHAB e eles foram ao Porto Novo, passaram nas casas dizendo que não precisava mais pagar porque resolveram não mais cobrar, mas não disseram que tinha uma ação contra eles, isso segundo o relato de Laura.

Ela também acredita que a Helena¹⁹ ficou furiosa porque o seu nome estava no papel enviado ao DEMHAB, e com isso acredita que a mesma não iria dar nada mesmo (casa). Perguntei se eles estavam recebendo as cartas, já que os Correios ligavam para saber e Laura respondeu dizendo que não regularmente, algumas ruas sim e outras não. Ainda completou que os “caras” lhe falaram “ah... a gente entrega na hora que dá”.

Por causa dessa situação ela teve que colocar várias cobranças na conta corrente, pois não recebia nada. Perguntei se a agência dos Correios na qual os moradores tinham de pegar as cartas era no bairro Sarandi, e ela afirmou que sim, e foi informando onde é mais ou menos o seu endereço. Quanto ao erro de dar carta ao vizinho, isso ela também confirmou e disse que os Correios alegaram (não sei se na audiência) que as pessoas estavam tirando as letras das casas e que ficava difícil dizer “ah 57”, até porque tem 57 A, B, C e D; e questiona número par e ímpar, acha uma loucura, pois já teve morte enganada por causa disso.

Fátima diz “Tinha que ver quando não tinha Correios, tinha que revirar o lado avesso pra achar Correios, que, às vezes, as coisas da loja não vem pra cá. Agora tá organizado”. Então perguntei se, para ela, a correspondência estava vindo regularmente, a que ela respondeu que sim. Indaguei desde quando, se desde o início do ano, e ela “bem antes, no começo ainda foi assim”.

Questionei se no início do ano eles ainda não estavam recebendo as caras, e eles afirmaram que “não, ainda tava complicado, demora pra eles achar, demora mais por causa dessas placas, ficou registrado, agora só pelo papel”. Perguntei se tudo vinha direito, se havia algum engano, e me disseram que “sim, mas ainda bem que a gente é conhecido por causa que ... ah ... de quem é esse nome que a gente conhece por outro nome. Tem, por exemplo, se botar Fátima todo mundo me conhece, mas vai no meu nome mesmo”.

¹⁹ Funcionária do DEMHAB, com a qual me relataram ter conflito.

Também me contou que uma vez estava com uma carta, mas não sabia de quem era, foi perguntar e a pessoa disse ser o dono da carta. Não sabia que era ele, porque o conhecia apenas pelo apelido. Sobre a ação contra os Correios ela desconhecia, pois durante as entrevistas/conversas sobre as placas novas, com os nomes das ruas e avenidas, ela ficou surpresa quando as viu, então, em meio a conversa, falei sobre a ação, achando que era sabido, contudo, não era.

Já seu Paulo, quando perguntei pelas cartas, se ele as recebia, respondeu “ah nós fizemos também, é outra coisa, a gente entrou também no Ministério Público Federal, que o Ministério Público não resolvia, não resolvia, a gente entrou direto lá, aí foi rapidinho. Rapidinho veio uma ordem lá de Brasília, foi entrar e já tinha CEP, tinha Correios, já tinha carteiro, os carteiros vinham de moto entregar, daí antes não tinha, antes não tinha nada, agora... A gente ganhou via judicial”.

Perguntei se ele havia começado a receber as cartas este ano, e ele, “esse ano a gente ganhou o carteiro. Mas foi luta, foi batalha. Na época deu correria DEMHAB, Ministério, DEMHAB. A gente tava toda semana, e buscando carta para Brasília. Bah era difícil. Até que eles aceitaram”. Perguntei se ele havia feito a comunicação ao DEMHAB, ao que ele disse que não. Foi então que eu quis saber como se deu esse diálogo e como ele conseguiu buscar, essa via de acesso às cartas. Ele disse, “na justiça. Só na justiça, a gente foi no Correios e não dava, foi no DEMHAB não dava, a justiça decidiu e mandou. Foi o Ministério Público Federal”.

Também perguntei se tinha muita confusão com as cartas, se realmente elas não vinham, se nem por engano. Como resposta tive que “não, tu é uma pessoa que mora aqui e não existe”. Eu quis questionar sobre quando ele ia à loja ou tinha que dar o endereço, e ele diz, “Eu tenho outro endereço, daí o meu outro endereço eu”.

Esses relatos, cada um a sua forma, demonstrou certo conflito no que se refere a Laura e Gonçalo frente ao que Paulo falou. De um lado os dois primeiros contam como chegaram, a quem e como se deu de início deste processo; do outro lado, Paulo fala sobre outra via pelo qual entrou ter o CEP, o que durante minha pesquisa, alguns relatos eram, desta forma, divergentes.

ROBERTO DA SILVA (2006) diz que o Estado e sua ação reguladora, assim como a sua capacidade de definir a situação dessas pessoas, acaba por influenciar diretamente sobre o cotidiano das mesmas, gerando constante tensão e medo. Porém, essa força reguladora não é simplesmente aceita, mas questionada por meios que nem sempre são os da política

formal, cujos moradores normalmente não têm controle ou “capital econômico” e “cultural” para poderem participar, apelando, assim, para meios alternativos de fazer política e de exercer crítica que não se sujeitam às linguagens transparentes habituais e estabelecidas no campo das instituições estabelecidas pelo Estado.

Essas formas alternativas de fazer política não impedem, porém, que se estabeleçam relações políticas verticalizadas e paternalistas não só entre os moradores e o Estado, mas também entre os primeiros e técnicos ou lideranças comunitárias. Destaco que essas “resistências” geram, muitas vezes, relações conflituosas entre os moradores, as quais demonstram que entre eles estabelecem-se diferenciações baseadas em suas condições econômicas, modos de vida ou pertencimentos étnicos.

Com isso, no Porto Novo há um conflito entre as próprias lideranças, em que os mesmos, em muitas ocasiões, fizeram apontamentos; e não encontro uma palavra melhor para descrever, mas talvez um descontentamento, não raiva, mas pode ser uma indignação, insatisfação, algo não resolvido, o qual parece ficar nas entrelinhas. Nos relatos entendemos que não se dão bem por causa de coisas que um fez ou deixou de fazer na e/ou para comunidade, mas desconheço, desde quando e como isso se deu.

Diante das falas, durante a pesquisa, soube pelo relato de Laura e Gonçalo, pelo GAP, e vista também pelo documento da DPU²⁰, que a Defensoria Pública da União entrou com uma ação civil contra os Correios pela não entrega domiciliar de correspondência no Porto Novo, no bairro Rubem Berta. Sendo assim, desde 2009 eles não recebem as cartas, quando as primeiras famílias começaram a residir no local.

Contudo, apenas as cartas particulares não são entregues, apenas as da CEEE²¹, DMAE²² e a cobrança das residências do DEMHAB; e cada um deste órgão contém um CEP diferente um do outro. As cartas do DMAE e CEEE eram entregues pelo próprio correio e do DEMHAB. Vejo como interessante um trecho que consta na ata da Defensoria da União que diz o seguinte:

²⁰ Defensoria Pública da União

²¹ Companhia Estadual de Energia Elétrica

²² Departamento Municipal de Água e Esgotos (Prefeitura de Porto Alegre)

A falta de entrega domiciliar de correspondências no Complexo Habitacional Porto Novo gera diversos problemas aos moradores. Além de terem obstruído o direito de comunicação particular por meio de cartas convencionais com familiares e amigos, a questão incide sobre outros os aspectos de suas vidas, como o âmbito financeiro e previdenciário. (DEFENSORIA DA UNIÃO, 2013)

O não recebimento de carta em suas residências pode prejudicá-los em vários sentidos. Nos relatos dos moradores, falam que não conseguem receber cartões, faturas e além de inúmeros casos em que a pessoa tem que pagar as contas com o CPF. Em julho de 2012, segundo a ata, a moradora Laura dizia que a professora da UFRGS, com quem trabalhava no Projeto de Extensão Memórias da Vila Dique, achava tudo isso um absurdo e falou sobre o SAJU para Laura.

Laura começou o contato com o SAJU por causa do não recebimento de cartas e depois Gonçalo queria conseguir a casa para seus filhos e para os outros moradores. Eles participaram de diversas reuniões, com a MPF e a DPE para ter um diálogo e expor os problemas que vinham acontecendo com a vila. O grupo GAP (SAJU) fez um registro no portal *Fale com os Correios* a partir das reclamações expostas pelos moradores e eles obtiveram uma resposta onde dizia:

Informamos que o endereço indicado trata-se de área sem entrega, não contemplada com a entrega diária de carteiros. Os moradores desta área devem retirar suas correspondências no Centro de Distribuição Sarandi, localizado na Rua Engenheiro Ubatuba de Farias, 296, local que dista cinco quilômetros do conjunto habitacional. (DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, 2013)

Mas nem todos os moradores têm tempo para buscar as cartas, uma vez que estão trabalhando e o horário de atendimento dos Correios pode não dar tempo para que essas pessoas consigam pegá-las. A partir daí o grupo do SAJU contatou com a prefeitura e, assim, soube que não há nomeação de ruas. Isso depois foi informado à Defensoria Pública da União com um ofício enviado pelo GAP relacionado aos Direitos Humanos e Tutela Coletiva.

Em missiva o GAP expõe os problemas e solicita a análise da possibilidade de atuação da Defensoria Pública da União, diante da situação. Com isso foi instaurado processo de assistência jurídica aos moradores do Porto Novo, e em julho daquele ano a DPU enviou um ofício à direção da Agência Central dos Correios em Porto Alegre, o qual informava a situação dos moradores, pedindo informações sobre o serviço postal prestado.

Os Correios responderam, por meio de ofício, que no ano de 2012 foi realizado um estudo técnico de dimensionamento de recursos para ampliar a distribuição domiciliar em Porto Alegre, em que foram levados em conta todos os logradouros existentes. Entretanto, esclarece que o porto Novo não foi incluído nos estudos de ampliação da área atendida pelos Correios, e isso se deu por causa: a) inexistência de cadastro oficial; b) duplicidade de nomes; c) divergências entre os cadastros fornecidos pela concessionária de energia e pelo departamento de água e esgoto (DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, 2013).

Também diziam que na época do estudo o loteamento estava em construção e, assim, não existindo logradouros e códigos de endereçamento postal para as ruas naquele período. Além de o conjunto habitacional, segundo eles, não atenderem à Portaria nº. 567, do Ministério das Comunicações, no que se refere ao Art. nº 2, Incisos IV, V e VI da norma.

No mesmo ofício os correios informaram que em relação à entrega das cartas da CEEE, que a ECT mantém contrato com eles e dispõe de efetivo exclusivo em toda área urbana de Porto Alegre. Em setembro do ano passado foi feita uma reunião na sede da DPU para tratar desse assunto com os representantes dos moradores do Porto Novo. Além deles e da Defensora Pública Federal, titular do ofício de Direitos Humanos e Tutela Coletiva estavam os representantes do GAP e a pesquisadora do observatório das metrópoles.

Neste encontro os representantes dos moradores relataram que quando moravam na vila Dique recebiam normalmente as correspondências e não recebem mais após a realocação ao Porto Novo. Então a Defensoria Pública da União entrou com uma ação civil pública, na qual, segundo eles, sua finalidade é defender os direitos dos moradores à prestação de serviço público, sendo relevante a entregas das cartas.

Essa luta, assim como mencionado antes, para Laura se deu de forma rápida, em um ano mais ou menos. Os dois moradores disseram que juntaram dois motivos para ir procurar meios de conseguir o que queriam. Achei interessante a maneira como estes falaram sobre a Defensoria, falando muito que ela “é boa”. Há uma satisfação por esse processo ter dado certo e pelo GAP e a defensora terem lhes ajudado.

Não sei como se deu esse diálogo a não ser por relatos, pois quando comecei minha pesquisa isso já estava em andamento. Quanto aos moradores, Fátima não sabe; Paulo fala sobre o processo pela luta do CEP; e Laura e Gonçalo, pela via mencionada. Ouvir todos foi confuso, algo que tive de administrar e perceber que aquele local era um espaço de não apenas uma luta, mas várias, cada uma a sua forma.

2.4 REUNIÕES COM MPF E DPE

O SAJU fez reuniões em diversos espaços dos órgãos públicos para que os moradores tivessem acesso e pudessem expor os problemas e a partir daí encontrarem soluções e meios para resolverem essas questões. Nas reuniões com a DPE foi de uma forma muito tranquila, os moradores, entre quais foram Laura, Gonçalo, Seu Paulo, outra moradora que desconheço, e membros do SAJU, também tinha outra mulher, segundo o que me falaram, era a assessora da vereadora.

Eles expuseram os problemas que vinham enfrentando e o diálogo foi bom, uma vez que a Defensora ouviu tudo o que eles tinham para lhe dizer. É como um desabafo, e a vontade de que as coisas se resolvessem era imensa diante de tantas coisas a serem tratadas. Foi feita também uma ata durante a reunião, em que ao final desta eles deram cópias para todos os presentes. Na reunião, também passou uma folha na qual todos colocaram telefone, e-mail e endereço (acho que do trabalho).

Na mesa havia café e água que poderíamos pegar, mas nunca sabíamos se realmente poderíamos pegar, por isso esperei alguém ir primeiro. É que esses lugares formais, pelo menos na minha visão, causam um “estranhamento”, tenho aquela sensação do poder ou não poder algo. Ao final da reunião, ambas as partes pareciam satisfeitas, uma vez a defensora, juntamente com o promotor, iram buscar as respostas e soluções com o DEMHAB.

Na reunião com a MPF também não foi diferente, o promotor deu espaço para que os moradores pudessem falar. Os presentes eram Laura, Gonçalo e membros do GAP. Neste espaço, também há formalidades e toda aquela questão de se identificar. Nesta reunião a Defensoria também iria comparecer, mas não sei o que houve, pois ela não foi. Achei engraçado foi o fato de que o promotor não saber de vários problemas e outros aspectos em relação à vila Dique/Porto Novo, e, pelo que entendi, nem mesmo a própria localização.

Posso ter descuidado, mas em momento algum percebi que a defensora e o promotor tenham usado de alguma postura de “autoridade” em seus vários sentidos, achei que houve de ambas as partes a vontade de perceber e entender essas realidades. Pareciam dispostos a fazer as coisas acontecerem. Porém, lembro-me do que KANT DE LIMA (1989) diz, que o "mundo" do direito, não equivale ao mundo dos fatos sociais. Para "entrar" no mundo do direito os "fatos" têm de ser submetidos a um tratamento lógico-formal, característico e próprio da "cultura jurídica," e daqueles que a detém.

Digo isso por que percebi que os moradores, em meio às conversas, queixam-se de várias coisas, mas também de alguém que não lhe tratou bem, de algum descaso, com algum mau tratamento, entre outros, e isso não acaba deixado de fora, pois querem ser ouvidos e há perdas e conflitos que o mundo do direito não abarca. Lembro dos desabafos entre os quais foram desenvolvidos os relatos sobre as relações deles com o DEMHAB e com uma funcionária do órgão, em que há diversas reclamações por parte desses moradores referentes a ela, assim como já coloquei antes.

Eles começaram a relatar fatos que lhes ocorreram, como coisas que foram prometidas e não aconteceram, atritos e aflições, mas isso se deu em forma de relato mesmo, contando tudo em meio à problemática da exigência da lista²³. Em um determinado momento pediram para que fossem determinados quais, de fato, as problemáticas a serem tratadas. Logo, em meio às questões e desabafos é preciso fazer um “recorte” de alguns fatos, pois diante da vontade de participarem a lista, aconteceram vários desgastes, isso era algo que vinha sendo exigido, mas não cederam, no caso do DEMHAB.

Em ambas as reuniões não senti que houve um linguajar difícil, ou que houvesse um tratamento duvidoso, até porque eu também desconheço o vocabulário jurídico e nessas reuniões achei bem tranquilo. Não posso negar que da minha parte, sinto “um medo”, talvez não seja a melhor palavra, mas é o que cabe ao momento, referente ao fato de termos que nos identificar nesses espaços, além de pensar mil coisas antes de entrar na sala de reunião, como, “será que vão me olhar estranho”, entre outras coisas.

Talvez seja inevitável pensar dessa forma pois é um lugar muito formal e de vestimentas protocolares. Mas, apesar disso, os moradores não se “acanharam” para falar tudo o que queriam, trouxeram problemas que vêm acontecendo, e apesar de cinco anos passados, há o que resolver ainda. Assim como mencionei logo acima, eles desabafaram, demonstrando as suas insatisfações, angustias, naquele momento eles contaram a vontade de que há mudança.

²³ A lista consiste de nomes de moradores da vila Dique cadastrados, que foi feito pelo DEMHAB para se fazer a remoção.

Mas não podemos deixar de questionar que se eles não tivessem o apoio do GAP talvez não tivessem acesso e esses espaços para conversar com a defensora e o promotor. Isso é questionável uma vez como mencionado no outro título, que quando Gonçalo foi até a Defensoria, a partir de seu relato, percebemos que não houve uma atenção as suas questões. Claro que na época era outro defensor, mas não sabemos como se dá e essas parcerias por outras vias.

Assim PIERRE BOURDIEU (1989) diz que as práticas e o discurso jurídico, são produtos do funcionamento de um campo, cuja lógica específica está duplamente determinada; em que, por um lado, pelas relações de força específicas conferem a sua estrutura e orientam as lutas de concorrência, em que precisamente os conflitos de competência que nele têm lugar. Por outro lado, pela lógica interna das obras jurídicas que delimitam, a cada momento, o espaço dos possíveis e, deste modo, o universo das soluções propriamente jurídicas.

Penso, assim, que esse espaço é um lugar delimitado, complicado e diante da situação vivida pelo Gonçalo, acredito que existem, por parte de alguns do meio jurídico, uma não preocupação com relatos e sentimento de indignação. Parece que neste meio, ao meu ver, muitos pensam apenas naquilo que se pode se enquadrar ao jurídico, senão não têm preocupação em verificar ou olhar em outro ângulo.

Contudo, voltando à questão do contato com uma defensora da DPE, Gonçalo se mostrou muito brabo após uma ligação que fez para saber a resposta que o DEMHAB deu. A resposta foi a de que não poderia repassar as listas e só poderia entrega-las para o presidente da Vila, mas este relato especificarei no terceiro capítulo. Em várias ocasiões ele ficou com dúvidas quanto ao que seria feito por parte dela. Então, nesses momentos, os moradores acabaram expressando e desabafando as suas angústias, tanto dos problemas não resolvidos quanto na forma que foram tratados.

Esses diálogos que até então são uma esperança de que as questões deles serão resolvidas resultam na credibilidade a ser passada. Isso faz com que, ao final da reunião, tudo que foi acordado, realmente ocorra, pois, na medida em que não acontece há reclamações e mais frustrações acarretando, assim, mais angústias.

2.5 O DIA DA AUDIÊNCIA

O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras. (BORDIEU, 1989)

Quando cheguei à portaria tive que dar a identidade e eles tiraram, com o webcam, uma foto para eu ficar registrada. Após isso deram-me um crachá para passar a roleta. Eles dizem onde é a reunião, mas são várias portas e fiquei receosa se poderia entrar, se deveria bater antes, mas eis que ouço as vozes das pessoas no evento e entrei direto.

Na audiência cheguei um pouco em cima da hora, pegando mais ao final desta. Ao abrir a porta eles deram uma olhada discreta, uma vez que além de chegar bem depois, eles não sabiam quem eu era e porque estava lá, apenas os moradores me conheciam. As pessoas presentes no evento eram a Exma. Sra. Dra. Juíza Federal, e, com ela, a Técnica Judiciária; juntamente como a expressão usada no termo da audiência, apregoada a partes compareceram o Defensor Público da União, que estava acompanhado dos dois moradores do Porto Novo, Laura e Gonçalo.

Também estavam o representante legal da ECT²⁴, a procuradora da empresa pública, o funcionário da ECT, o representante do Ministério Público Federal, o procurador do Município de Porto Alegre, e o representante do Departamento Municipal de Habitação. Neste local onde foi feita a audiência, os moradores, juntamente com o defensor ficaram de um lado da mesa e todos os outros no outro, exceto, claro, a juíza, técnica e mais outro homem que fiquei sem entender quem era.

Na parte onde fica a juíza, há uma parte alta onde a técnica escreve tudo o que foi acordado e o problema para o termo de audiência. O que achei mais interessante foi que enquanto ela escrevia havia dois computadores um de cada lado, para que o réu e o autor pudessem ver o que estava sendo colocado.

Assim como ROBERTO LOREA (2003) diz em seu trabalho, que a disposição do espaço do salão do júri explicita divisões e hierarquias, a divisão entre atores no palco (os profissionais) e a plateia (leigos), e a hierarquia entre os próprios operadores da justiça. Contudo, no meu caso foi um pouco diferente do que foi relatado pelo autor, mas que também teve a mesma lógica de hierarquia.

²⁴ Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Não sei como se deu antes, mas achei um pouco diferente do que costumava ouvir de como seria, talvez porque já estivesse acordado que seria feito. A juíza tinha uma expressão muito séria, mas sempre tinha aquela ideia de uma roupa muito formal, com aquele tipo um vestido preto, mas a juíza estava com uma roupa normal e me pareceu simples. Achei tudo muito tranquilo em ambas as partes.

O representante do DEMHAB e o procurador do município afirmaram que o endereço correto é o que está cadastrado no DEMHAB. O representante do mesmo efetuou a entrega à procuradora da ECT, assim sendo, com as identificações da numeração dos acessos e das residências. Na saída eles apertaram a mão, e achei que por parte do réu houve muita simpatia. Diante disso pensei que seria mais difícil a minha entrada na audiência, pensamos o lugar, as pessoas, e imaginamos que o acesso poderia ser restrito ou complicado.

Foi acordado entre as partes que a DEMHAB, no prazo de 90 dias, providenciaria a identificação numérica dos acessos, de acordo com o projeto e com o cadastramento existente no DEMHAB. Com relação à inexistência do CEP no Porto Novo das quadras “A” até “D”, pela juíza foi fixado o prazo de 120 dias para que a ETC providenciasse a atribuição de CEP no local, sob pena de incidência de multa em caso de descumprimento. Após a audiência os moradores estavam muito satisfeitos com o resultado que obtiveram.

Contudo, em uma entrevista Gonçalo disse sobre o dia da audiência que “a cara daqueles caras, olhava para mim com um ar de menosprezando eu e a Miranda lá. Nós estava lá e a juíza não fez objeção nenhuma, não retalhou nada, nem fez nenhuma retaliação, passou a ata pra nós, fizemos a audiência, deu aquela sentença que deu aquilo ali, e aí a Defensora²⁵, ‘não posso passar pro Sr. nem para Laura’, mas se é nós que estamos correndo, porque que não pode passar?”

Essa parte eu até citei em outro momento, mas preferi manter assim, para demonstrar a sua insatisfação em relação à audiência. Até o mês de outubro ainda não haviam colocado os CEPs, mas as cartas estão sendo entregues corretamente segundo os moradores. Mas ao ir no mês de novembro percebi que já tinha placas o que ficou melhor para localização, algo que até mesmo a Fátima falou que quando viu se surpreendeu.

²⁵ Ele cita o nome da defensora, mas optei por não colocar.

Entendo que mesmo sendo uma audiência tranquila, na qual os moradores saíram satisfeitos com a decisão, e também com alegria, este momento pode ter sido um meio de mostrar que diante desta luta, não era apenas uma conquista daquilo que se deu na audiência, mas um sentimento de satisfação de que estes estão na luta pelos seus direitos e o fizeram valer, principalmente ao mostrar ao DEMHAB, onde entre esses tem conflito.

3 QUEM ESCOLHE OS NOMES?

Neste capítulo vou falar sobre a escolha dos nomes para o bairro e para as ruas desse espaço, como forma de compreensão das maneiras de pertencimento ao novo espaço que estão sendo criadas pelos moradores. No capítulo anterior já descrevi a luta para visibilidade nesses espaços com os órgãos públicos. Então privilegiei a busca da legitimidade no novo local de moradia e a luta pela ampliação dos limites colocados pela prática da remoção, a partir do diálogo e enfrentamento efetivado entre os moradores e certos órgãos públicos.

No presente capítulo também descrevo a luta por pertencimento dos moradores ao novo espaço; é tentativa de fazê-lo “vivo” que visa articular memórias e experiências da comunidade da vila Dique, revitalizando-as no Porto Novo. Em minha análise, a escolha dos nomes dados ao bairro e às ruas pode ser um instrumento proveitoso para esta exploração.

Entretanto, veremos como a nomeação do bairro e de suas ruas dá visibilidade aos conflitos e lutas entre os moradores e, sobretudo, entre suas lideranças. Explicitar tais conflitos é também um dos objetivos desse capítulo. Todavia, também vou descrever as tensões colocadas pela prática da remoção da população da vila Dique e o impacto dessa prática na vida familiar das pessoas removidas para Porto Novo.

Como prática comum em processos de remoção (MESOMO, 2014), a realização de um cadastro da população habitante na vila Dique implica no estabelecimento de critérios de pertencimento às casas que podem ser estáticos, e que nem sempre estão de acordo com os critérios de inclusão que deveriam ser utilizados, na perspectiva dos moradores. Narrativas de injustiça na distribuição das casas, preocupações em torno dos próprios critérios de distribuição e dúvidas quanto à inclusão de pessoas foram muito comuns durante a pesquisa.

Neste capítulo pretendo explorar tais narrativas como forma de mostrar, de um lado, as incertezas e inseguranças desse novo cenário provocado pela remoção; e de outro lado, como o processo de remoção pode contribuir para o agravamento de disputas na vizinhança, complicando as formas de mobilização coletiva. Logo, as remoções não são processos neutros de simples deslocamentos das populações, mas têm incidências, tanto nas biografias e vidas familiares daqueles atingidos quanto nas próprias formas de produção da política. Por isso o título *Quem escolhes nomes?*, seja do bairro seja das ruas, de quem ganha moradia.

3.1 O BAIRRO

Começo esta parte com o relato de Fátima, quando estávamos falando sobre as placas das ruas e ela diz “aí tu vai numa loja, tu vai dizer onde tu mora? Eu moro no Porto Novo, aí não sabe se é Rubem Berta, aí tu chega lá dizendo é Porto Novo, não é Rubem Berta, daí daqui a pouco é Dona Beca, pode botar Dona Beca e Porto Novo também. A gente fica meio perdido né?”. Já com a Fátima, questionei se ela participou da escolha do nome Porto Novo (do conjunto habitacional) e ela disse que não, daí indaguei se ela ficou satisfeita e ela disse “ah eu fiquei”.

A questão das escolhas dos nomes, tanto do bairro quanto das ruas, foi bem complexo de entender, pois as pessoas com as quais conversei não participaram da votação, até aquele momento desconhecia, quem e como escolheram o nome do bairro, ou se foi por meio de votação, ou outras formas. Mas um morador falou que participou de algumas votações (escolha do nome do bairro e das ruas), mas ele não lembrava muito bem do fato.

No início fiquei preocupada, pois pensava sobre quem iria falar da nomeação, e como poderia analisar esse fato já que os moradores com que conversei, entre eles as lideranças (exceto um), não sabiam como ocorreram as escolhas. Então percebi que eu não deveria me preocupar em saber a “verdade” tudo com detalhes, mas entender essa comunicação, ou a falta dela, entre eles e saber o que cada um tinha para falar, se sabiam ou não, se achavam errado como se deu, se concordaram com os nomes, e se sabiam quem participou, e, assim, deu para contrastar as ideias de cada um e seus conflitos.

Em uma reportagem de 2011, que saiu no site do DEMHAB, a qual diz que os nomes foram escolhidos por 73 moradores, foi relatado que em um sábado estavam disponíveis urnas no Clube de Mães. Foram 167 votos, sendo que as outras opções de nome eram Complexo Habitacional Moradas do Porto, com 43 votos; Conjunto Habitacional Santíssima Trindade, 39 votos; e Loteamento vila Dique, 12 votos.

Talvez por se ouvir tanto sobre a vila Dique, sobre suas memórias e aspectos bons, tive uma pré-concepção de que a Dique estava ali permanentemente em suas falas e vidas. Claro, alguns relatam com carinho e saudade, mas alguns moradores não acham que deveria ter novamente o nome da vila anterior. Minha dificuldade em achar quem tivesse participado era que nenhum dos representantes estava presente na votação, pois até antes, quando imaginei que Fátima tivesse participado, ela disse que não.

Mas apesar do nome escolhido há, em alguns locais, ou até mesmo na fala dos moradores, o nome vila Dique, ou Nova Vila Dique, como em um dia me deparei com esse nome em um jornal. Mas isso se dá porque depois de tantos anos morando na Dique, o costume de identificá-los e de eles próprios é que o nome da antiga não saiu de nossas falas. Digo isso porque há tempos ouço falar da vila Dique, e hoje em dia para mim é difícil, pois muitas vezes falo o mesmo. Até mesmo quando converso com outras pessoas sobre o meu campo, eles identificam como os moradores da Dique, o que ao olhar de muitos é carregado de estigma, até nas escolas onde há relatos de alunos serem chamados de “reassentados”.

Em uma entrevista feita com Gonçalo perguntei quem havia escolhido o nome do bairro e ele disse que foi a comunidade, mas não participou da votação, estava no médico e ficou sabendo depois. Gostou do nome, pois tinha muitas opções, queriam colocar nomes diferentes, até nome de pessoas que faleceram. Comentaram que agora há uma votação para colocar o nome da escola, e ele chegou dizer algumas pessoas que participaram do nome do bairro. Ele disse ter ouvido sobre o DEMHAB querer deixar o nome Nova Vila Dique, mas o pessoal se “botou” e não quis esse nome. Como ele diz, “passado é passado”.

Quanto a Laura, perguntei quem escolheu o nome Porto Novo e ela respondeu: “Boa pergunta por que eu não sei, quando nós chegamos aqui já tava Porto Novo. Acho que isso é o DEMHAB mesmo, eles deduziram porque como é Porto Seco eles colocaram Porto Novo. Aí eu acho que eles meio que encaixaram como Porto Seco e Porto Novo, mas não sei porque, tava também o Paulo e a Diana”. Diante do seu relato, fiquei surpresa, pois quando comecei a pesquisa, imaginava que tivesse participado, mas vejo que a situação é conflitante, pois ela aponta os nomes de quem participou, mas desconhece de como se deu a escolha.

Daí comentei sobre não ter encontrado nenhum dado e a maioria das pessoas que falei não terem participado da votação que vi pelo site do DEMHAB. Laura comentou algo e eu perguntei se foi no início, e ela disse “é foi no início, porque muita coisa a gente não é chamado, muita coisa, porque no início a gente até tinha feito algumas reuniões que ia ser Nova Dique, eu disse ‘não para de Dique’, eu acho que tudo bem Dique é a Dique, mas agora a gente não tá mais indo pra um dique, vamos parar com isso. Então aí que meio que chegaram ao Porto Novo. Eu gostei do nome Porto Novo”.

Questionei se ela participou de outra reunião e disse que “algumas reuniões quando a gente tava começando a falar como que ia ser o nome da vila, aí participei”. Perguntei se foi

na Dique, ela disse que sim, que antes das primeiras casas, “a gente tá dizendo como é que vai ser Nova Dique? Aí todo mundo, ‘ah Vila Santíssima Trindade’, aí eu disse ‘não, chega’”.

Logo após questionei a elas sobre a associação de moradores, uma vez que há um documento (da nomeação da rua) que fala que os moradores da vila Dique antiga e da Nova Dique (descrita no documento) pretendiam manter a tradição e a proteção da Santíssima Trindade, e queriam denominar Vila Santíssima Trindade tanto a nova vila, quanto a avenida principal. Este documento é do ano de 2009, ano em que começou a remoção. Quando li esta parte, achei estranho, pois, os moradores que entrevistei disseram que não queriam o mesmo nome e na própria eleição foi escolhido Porto Novo e não o antigo.

Laura me disse que a associação de moradores Santíssima Trindade era da Diana, e junto com o Jorge foi fundada ainda na vila Dique. Segundo ela, a associação da Diana não teve votação nenhuma e depois eles disseram que teve votação, mas que forjaram muita coisa. Relatou que ela usou uma lista de abaixo assinado que era pra outra coisa e ela aproveitou o abaixo assinado pra dizer que as pessoas tinham votado. Depois falou que “isso é uma coisa que não dá pra abrir muito porque é a palavra da gente contra a dela”. Mas o que ela veio a dizer sobre isso se refere às casas e isso retomarei no capítulo seguinte.

Na entrevista feita com Paulo quanto à escolha do nome Porto Novo, ele disse que não participou. Contudo, na outra entrevista que fiz, perguntei quanto ao nome e ele disse “ai, esse aí foi feito um plebiscito, e daí o povo optou por um, e o nome Porto Novo foi votado”. Questionei se ele participou, e Paulo respondeu “participei, participei, foi feito via postinho, a votação pra ver quem queria trocar de nome, aí ficou Porto Novo, juntamente com o DEMHAB, Porto Novo, a escola também, a escola Municipal Porto Novo. Ficou aí decidido pelo povo, a gente não interfere muito, desde que o povo interfira, eles decidem o que é melhor, e eles acharam melhor que esse nome era o certo”.

Indaguei se ele ficou satisfeito, e ele “eu acho que tem que mudar né? Que tudo que o povo acha que tem que decidir, mas eu acho que tá bom Porto Novo”. Ele afirmou que também havia votado por Porto Novo, então perguntei se ele deu a ideia para o nome da vila, e Paulo “é foi nós até que apresentamos Porto Novo, um dos que deu ideia”.

Com isso entendo que diante de conflitos entre eles, cada um me falou um relato sobre a escolha dos nomes, No início pareceu confuso, pois eram informações diversas e muito ricas de argumentos e até sentimentos em relação à não participação da escolha do nome, de não lhe avisarem e saberem, quando, como e onde foi a votação. Penso que esse e

outros fatos demonstram que cada um ou grupos estão indo para um lado, promovendo e participando de eventos diferentes, em que nem todos ficam sabendo.

3.2 AS RUAS

Nas sociedades capitalistas, onde a homogeneidade é sempre precária, inúmeras contradições das dimensões sociais, políticas, culturais e classistas podem assumir diferentes expressões jurídicas. (SCHUCH, 2009)

A pesquisa sobre a escolha do nome das ruas foi outra questão difícil, no sentido que até determinado momento nem eu não sabia quem havia participado da votação. Fiquei um pouco preocupada, mas depois percebi que não sabendo dessa informação, não faria com que a pesquisa ficasse sem dados, pelo contrário, isso era algo importante a ser analisado.

Na entrevista com Gonçalo ele disse que para colocar o nome das ruas atuais foi feita uma chamada. Participou em alguns debates, mas não de todos porque tinha várias consultas na época - Essas consultas que até mencionei antes, é por que o Gonçalo fez um transplante de fígado. A esposa de seu Gonçalo disse para mim, enquanto ele foi buscar sua filha na escola, que houve uma reunião no Porto Novo, na qual ela e seu Gonçalo estavam, para decidirem como iriam ser os nomes dos acessos, se seriam com nomes de pássaros ou flores. Segundo ela, sua escolha foi em pássaros, mas, apesar da votação, isso acabou não acontecendo. Depois seu Gonçalo, chegou e falou sobre o fato.

Fátima disse que não participou “não por causa que eles não convidaram ninguém, eu quando comecei a ver, eles tava botando as placas”. E então descreverei o que cada um me disse e alguns dados que encontrei na internet, sobre cada rua e seus significados. Em um documento encontrado na internet²⁶, a Rua Zigomar Francisco Zanin antes era conhecido como Rua 1998, e, na placa, do abaixo nome, “Grande benemérito da comunidade”. Mas esta rua, fiquei um pouco confusa, tinha conhecimento da Rua Santíssima Trindade e Dona Beca. Perguntei a Fátima quem era esse Francisco Zigomar, e ela questionou “que Zigomar?”. Então lhe disse que ficava perto da Santíssima Trindade, e Fátima “essa aí eu não sei”.

²⁶ Documento da Procempa.

Já quando perguntado ao seu Paulo sobre a rua e quem foi Zigomar, ele respondeu que “o Zigomar, esse senhor era dono da madeira Mazon, ele foi que nos deu muito apoio no Dique lá. Água, ele dava mangueira pra nós puxar água, fio pra nós puxar direto, pras casas lá, ele ajudava em comida, pessoas que tinham dificuldade, gás de cozinha, pagava luz, ele foi parceiro nosso, por isso que a gente homenageou, a gente homenageou ele, com o nome da rua Zigomar”.

Fiz a mesma pergunta a Laura sobre a rua Francisco Zanin: “esse ali parece que é um político, é filho de um político que morreu”. Perguntei se ele era da Dique, e ela contou que não, e vendo a minha surpresa: “por isso que eu tô dizendo tem jogo político no meio”. Questionei se ele era filho de um político, e Laura: “Zigomar era morador, agora esse Zanin era político”. Indaguei se havia outra rua, pois fiquei sem entender a situação. Ela respondeu que “tem a rua Zigomar, era um morador, também morreu de câncer, não era liderança nada, era mais conhecido, foi um dos primeiros moradores, e eu acho que eles colocaram por falta de escolha mesmo. Agora Zanin esse político. Se tu botar o nome na internet tu vai ver. Por isso que eu tô te dizendo, são coisas assim que são tudo jogo político né.”

Laura ainda falou: “eu disse ‘porque Zanin?’ Porque foi nada pra vila, ‘ah porque ele foi um líder pra Dique’. Por favor né, que isso? Ele ia em época de voto. Eu não conheci esse tal de Zanin. É pra ti ver né, por baixo dos panos”. Seu Gonçalo me mostrou um croqui onde aparecia o nome da rua Zigomar, e aí fiquei sabendo onde ela está localizada. Durante a entrevista, acabei não perguntando, porém ele também não falou nada sobre isso.

Quanto ao nome Dona Beca, começo com um trecho do livro *Da Vila Dique ao Porto Novo* feito pelo grupo de extensão popular memórias, organizado pela professora Carmem, 2013, há um trecho que diz:

Por que Dona Beca? Porque desde pequena era faceira e vaidosa, gostava de andar arrumada, na beca. Ela foi uma das primeiras moradoras da vila Dique na parte da estrada de chão. Reunia as mulheres, lutou por água, luz, encaibramento da rua e foi uma das fundadoras do Clube de Mães Margarida Alves. Como tantas outras, ensinou e aprendeu cursos de corte e costura, tricô e acolchoados. A luta do clube de mães permitiu a conquista da creche Galpãozinho, da Escola Municipal Migrantes e da Unidade Básica de Saúde Santíssima Trindade. Dona Beca juntamente com outras mulheres da comunidade confeccionaram os primeiros lençóis e almofadas da Creche Galpãozinho. Trama, tecido, bordado, agulha, linha colorida que une, costura retalhos de lutas, sorrisos desenhados na escuridão cor de esperança. (MEDEIROS MANO, 2013)

Perguntei a Laura quem participou da escolha dos nomes das ruas e ela me disse o seguinte: “eu não sei quem participou, porque eu não participei de nenhuma, única coisa que lá na Dique, que a gente queria muito que botasse a rua Dona Beca, Dona Beca eu sei que a gente queria. Sabe, a gente fez umas reuniões mas eu não participei da votação. Então eu fiquei muito feliz que foi escolhido Dona Beca, porque a Dona Beca é a mãe daquela que veio aqui, que ela foi a fundadora do Clube de Mães. E ela morreu acidentada, a gente queria que a rua da creche e do Clube de Mães fosse a rua dela e ele foi realmente. Foi a única rua que eu disse, eu gostaria que fosse Dona Beca, porque do resto eu não participei de nada”.

Quando falei com a Fátima quanto aos nomes das ruas, como Dona Beca, os outros moradores haviam me contado que ela era do Clube de Mães acabei e acabei não indagando, mas afirmando e Fátima disse “sim. Ela era filha dela que participava. Eu não lembro da Dona Beca no Clube de Mães, não me lembro” Fiquei surpresa e ela: “no tempo onde tudo mundo tava na zoeira, na cachaçada, ela tinha um bar. Eu não me lembro da Dona Beca no Clube de Mães”. Então entendi que só ela era respeitada pois era antiga na vila, uma das mais antigas. Fátima também não participou da escolha dos nomes das ruas.

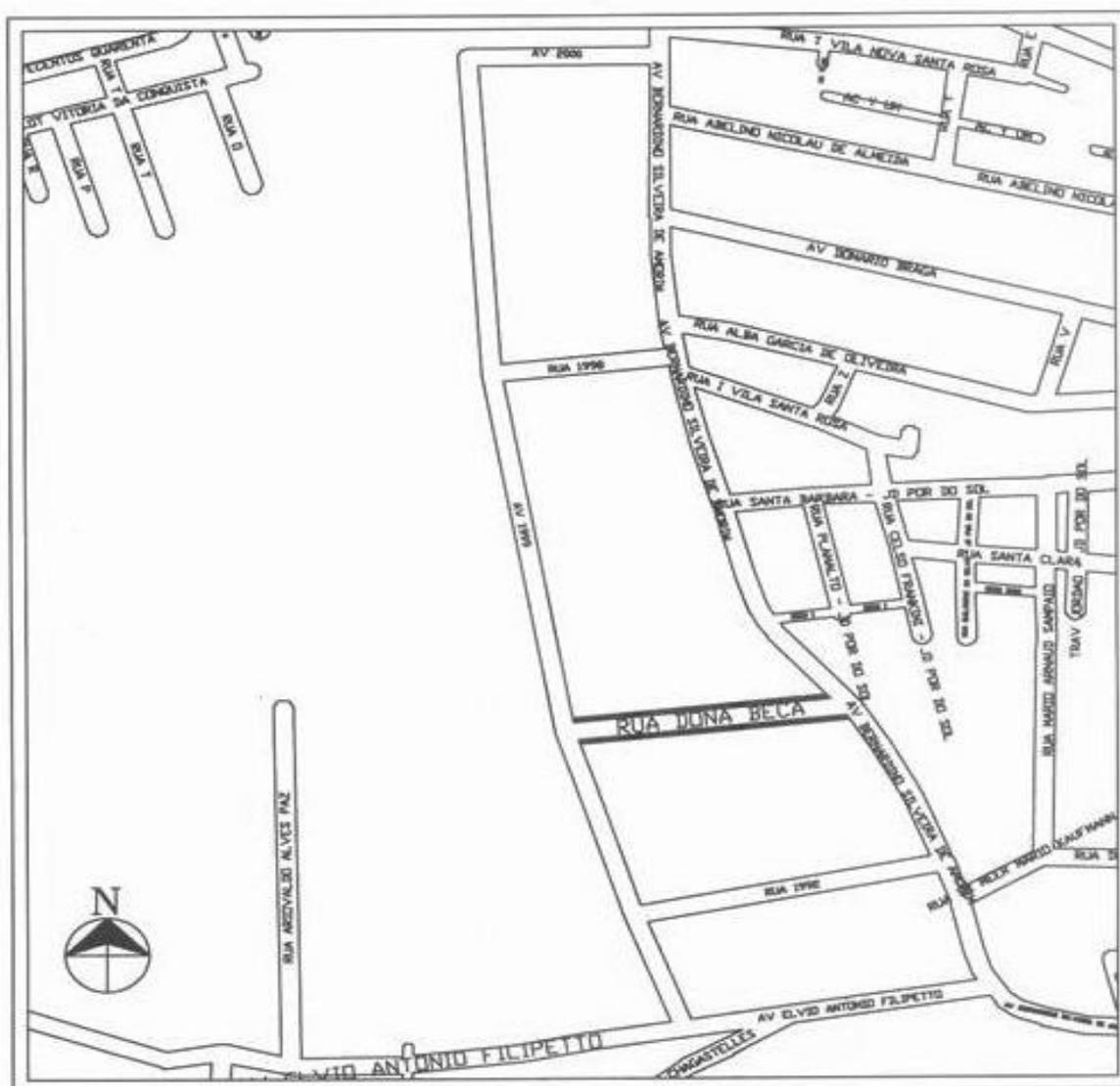
Seu Gonçalo, falou que a Dona Beca era mãe da Lucinda, “a Lucinda foi a nossa primeira assistente social lá quando botamos água e luz no Dique, era minha companheira de presidente. Ela era minha vice-presidente eu era presidente, ela era a vice. Queriam botar um nome de um vagabundo lá, aqui, um que se adonou da direção da vila por um monte de ano lá”. Mas ao conversar com seu Paulo ele disse que as os moradores não votaram a favor.

Na entrevista com o seu Paulo, perguntei se quando ele veio para o Porto Novo já tinha plaquinha. “Não, placas nós pedimos na câmara dos vereadores também. O nome das ruas, a gente fez uma assembleia geral, lá no Dique, a gente escolheu a Santíssima Trindade, Dona Beca e Zigomar, foram os nomes das ruas que a gente pegou lá. E o resto vai em discussão ainda, que o resto a gente vai fazer assembleia ainda em discussão para escolher o nome, o DEMHAB tentou fazer por conta, sem um documento por nós da associação, não passa. A associação tem que participar, tentaram fazer não passou, aí não passa”.

Logo ele citou o nome de uma outra rua: “E a rua que tem o nome do padre, o padre a gente recebeu ele tava no Ceará, e o nome da irmã, freira que morreu também em São Paulo, a gente também não conseguiu dela, a certidão de óbito, o nome dessas duas pessoas”. Perguntei se o padre havia morrido também: “Sim. Ele rezou a primeira missa lá dentro do Dique lá, foi a Dona Beca a senhora aqui que morreu, ela que fez a igreja. Dona

Beca arrumou a Igreja, a Dona Beca e o Padre rezou a missa, mas o Zigomar ajudou muito”. Indaguei se Dona Beca ela era membro do clube de mãe também. E ele disse “foi a fundadora do Clube de Mães”.

Mas ainda havia uma coisa que eu queria saber das ruas, que era o ano de sua nomeação. Encontrei na internet alguns documentos tratando do ano e da aprovação dos mesmos. Então foi no Diário Oficial de Porto Alegre, do dia 03 de setembro de 2010, que a rua 1997 foi nomeada Dona Beca, conforme termos da Lei Complementar nº. 320, de 02 de maio de 1994. E também fala que abaixo do logradouro, haveria os seguintes dizeres: “Gelcy Gomes Ramos: Líder desta comunidade”. A foto a baixo consta no Diário Oficial, esta foi à única dentre as ruas nomeadas que encontrei:



Fonte: Diário Oficial de Porto Alegre. Setembro de 2010.

Quanto ao nome Santíssima Trindade, era o mesmo da associação dos moradores e da vila, além do posto e a igreja também terem este mesmo nome, acabaram colocando o nome de uma avenida no Porto Novo. Mas ao conversar com alguns moradores, eles relataram que não gostaram de ter no nome a palavra “vila”, ou seja, em vez de ser av. Vila Santíssima Trindade, queriam que fosse Av. Santíssima Trindade.

Também encontrei um documento que fala sobre a nomeação da rua. O arquivo se chama projeto, tem uma numeração e começa falando sobre os motivos dessa nomeação. Fala que os moradores que denominaram a vila Santíssima Trindade, a vila Dique. Também disse que daí surgiu à associação dos moradores, na qual, na sua constituição, denominaram Associação Comunitária da Vila Santíssima Trindade.

Após diz “O catecismo da Igreja Católica resume”, e conta uma explicação na visão católica em relação à Santíssima Trindade (significado religioso). No final da primeira página diz que “os novos moradores do logradouro, apoiadores da tradição e da fé, pelo abaixo assinado e pela associação comunitária, solicitaram e confirmaram o nome do logradouro, dizendo que agora trazem em consideração dos nobres pares da casa, buscando a aprovação. A avenida que era chamada de 1999 irá constar, segundo o documento abaixo, o nome devoção maior da comunidade”.

Gonçalo disse que não vieram colocar nome Dona Beca, e acrescentou, “vamos botar Santíssima Trindade, deu a ideia, a infeliz ideia de botar a vila junto e deu”. Pelo que ele falou, deu a ideia e outras pessoas agiram assim. Quanto a Fátima, ao perguntar a ela, eu disse sobre Santíssima Trindade ser o nome do bairro, do posto, etc., ao que ela acrescentou “isso, toda a vila” e não falou mais alguma coisa sobre a avenida.

Com seu Paulo, eu indaguei se Santíssima Trindade é uma homenagem, e ele: “não. Nada a ver, a associação Santíssima Trindade achava que o padre usava muito esse termo Santificatório, Pai, filho, Espírito Santo”. Então perguntei se era por isso o nome, e seu Paulo: “a gente botou o nome Associação de Moradores da Vila Santíssima Trindade, que era a vila Dique”. Perguntei sobre a avenida, e a resposta: “o padre sempre usava, aí quiseram trazer pra cá também”.

Perguntei quando havia sido feita a assembleia da escolha dos nomes, ao que ele respondeu: “a gente faz assembleia, quem vai participa, quem não vai não participa. Tem a ata de presença de quem participou, assina no livro de presença, daí essas pessoas foram

que aprovaram, a gente não tá interessado na quantidade, mas na qualidade das pessoas, a idoneidade das pessoas, aprovar aquilo ali. Não adianta ter um monte de pessoas lá pra brigar, fazer confusão e não aprovar nada, nós temos pra decidir alguma coisa, então a gente quer qualidade das pessoas, maturidade das pessoas, entender o que a gente quer”.

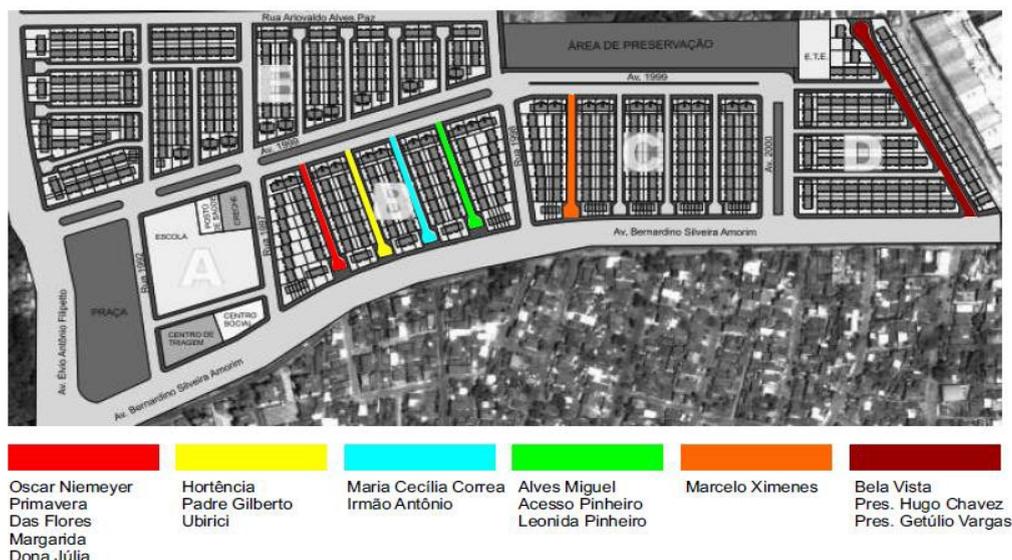
Indaguei se desde aquela época já estavam reunindo os documentos para o nome da rua. “Não, a rua o nome das ruas foi dado lá, nem tinha moradia ainda aqui, ainda era mato na época, mas tinha já o projeto na mão, começaram a discutir o nome dessa e daquela rua lá”. Perguntei se quando ele veio morar no Porto Novo já havia a plaquinha com o nome das ruas. “Essas plaquinhas veio agora, faz um mês que tá aí, as placas veio agora, a rua sim, o nome já tava dado”.

Contudo, na primeira entrevista, quando questionei sobre as ruas, como foi escolhido, segundo o seu Paulo, foi escolhido o nome das três ruas ainda na Vila Dique, que havia 100 pessoas, entre as quais Laura e Gonçalo não estavam. Mas o que mais me surpreende é que, novamente, desconheço quem participou das votações desses nomes, exceto seu Paulo, que disse ter acontecido ainda na vila Dique com vários moradores.

Uma vez cheguei ao posto para falar com Laura e perguntei a ela sobre a votação do nome das ruas. Ela disse que não participou e que quem fez isso foi o seu Paulo, que quando chegou ao bairro, já havia os nomes das ruas. A votação que ela participou foi apenas com o SAJU, na qual, segundo ela, cada representante de rua apontava um nome. Quando sentamos no banco, dentro do pátio do posto, havia dois moradores sentados e Laura perguntou sobre a nomeação das ruas para um morador e funcionário do posto, e ele disse que também não sabe como se deu a votação e ainda acrescentou: “é uma ditadura”.

Nesse momento fiquei um pouco preocupada, pois também discordaram de uma das avenidas se chamar Vila Santíssima Trindade, pois acham que deveria ser Santíssima Trindade, sem a palavra “vila”, além de acharem que o que passou, passou e agora eles estão em um novo bairro. Nesta escolha que Laura fala, foi feita uma assembleia no Porto Novo, na qual acabou aparecendo mais do que dois representantes de cada acesso, e isso se deu juntamente com o GAP. Este é o croqui feito por eles:

SUGESTÕES



Fonte: GAP (SAJU)

Alguns dos nomes que estão ali expostos eram e são de moradores da vila Dique. Questionei Laura sobre do porquê não ter acontecido a nomeação, e ela disse que o GAP havia levado o croqui para conferir se já existia alguns dos nomes escolhidos, mas, segundo ela, não tiveram resposta quanto a isso. Perguntei também se ela não acabou querendo dar continuidade e saber do porque que não deu, mas ela preferiu dar mais atenção aos problemas mais complexos, que é a moradia.

O complicado da situação é que nem todos os moradores foram para o Porto Novo no mesmo ano, alguns, como a Laura, foram morar apenas em 2012, e seu Gonçalo e a família foram para lá em 2011. Talvez isso pudesse ter prejudicado a articulação inicial deles, pois ao passar cinco anos da primeira remoção, a escola ainda não havia sido aberta, eles começaram a receber as cartas corretamente somente neste ano, e a pouco saiu a lista dos contemplados das casas, as quais vão ser entregues em dezembro.

Mas é importante perceber que a falta de um CEP ou logradouro pode trazer complicações e até constrangimentos. ELOY TERRA²⁷, que fez uma enquete junto aos moradores de logradouros designados por letras, números ou combinações alfa-numéricas, revela que a falta de um nome específico, além de gerar certo constrangimento na hora de dar seu endereço, nas lojas, bancos, escolas, órgãos públicos, etc., ainda se reflete nos seus vínculos afetivos com a cidade, pois se sentem moradores de favelas improvisadas.

Assim, quando levei essa questão a Fátima, ela afirmou que sim, por justamente não saber a localização, e nomes que tem dar (bairro, rua, conjunto habitacional). Então, além de ter não nome em todas as ruas, o CEP ou não tem, ou são diversos. Seu Gonçalo disse que a sua residência, por exemplo, tem três CEPs. Laura disse que passou constrangimento quando foi a uma loja e seu CEP não tinha no mapa.

Consequentemente, além de ser um direito, é de extrema importância para esses moradores o recebimento de cartas, as quais são necessárias, pois tinham que pagar com o CPF as contas de telefone, internet, TV a cabo, conta corrente, cartão de crédito. Essas situações são sempre difíceis por não saberem a localização, além do constrangimento, estão em um local em que foram colocados, não porque queriam, mas porque tiveram que ir, e ao chegarem o espaço ainda não é encontrado, parecendo um local “invisível”.

Deste modo ouvi já de alguns moradores, que “aqui é nosso”, mostrando o sentimento de que a vila antiga não pertencia a eles, mas que agora pertencem. Entretanto a falta de regularização adequada deste espaço pode fazer com que os moradores sempre fiquem com a imagem de estarem em um lugar que ainda não é deles.

3.3 QUEM VAI GANHAR MORADIA?

Estas têm sido rebatizadas de “desalojamentos involuntários”, “reassentamentos” ou “remanejamentos”, nova denominação que pretende atenuar o impacto da violência que a remoção de fato produz no cotidiano dos moradores de favelas. (VIEIRA & BAGNATORI, 2013)

²⁷ Não foram encontradas informações sobre o autor.

A questão moradia ainda está sendo discutida, isso porque, até então, serão entregues as casas para os moradores que ainda ficaram na Dique, ou que estão pagando aluguel em outras casas. Nisto algumas casas serão destinadas às famílias e outros aos desdobramentos. Só que nem todos foram contemplados, o que torna a situação muito preocupante para as famílias destes que não foram.

Por causa desse problema houve relatos de compra de cadastro, ou seja, moradores que não querem ir morar no Porto Novo venderam o seu cadastro. Mas algo que ouvi bastante em seus relatos foi, assim como uma entrevista feita com a Fátima, que uma de suas indignações foi a distribuições de casas, pois, segundo ela, houve quem ganhasse duas casas, ou o “palacete” outro termo que usou. Além das casas, algumas pessoas que nem comércio tinham antes agora têm, ou alguns que tinham um comércio agora têm dois.

São muitos que reclamam dessa situação, mas além dessa, há também os que foram contemplados, pois alguns não entendem porque uns foram e outros não. Mas acredito que todos os moradores com quem falei tinham uma reclamação quanto a essa distribuição, trazendo desconforto e descontentamento. Nesse sentido as pessoas sempre se referiam a alguém, mas não citava quem era, e novamente a questão de pedir por todos ou apenas para amigos e família cai em questão quanto à distribuição das casas.

O filho da Laura e os filhos de Gonçalo não foram contemplados e o nome do filho dela e um dos de Gonçalo não estavam na lista dos nomes cadastrados. Diante da lista com os nomes, eles queriam saber quais os critérios, pois tinham o protocolo em mãos. A situação é bastante preocupante para eles, pois como as casas serão entregues em seguida, a angústia paira entre eles.

A partir da lista pelo DEMHAB, cerca de 64 pessoas não foram contempladas e mais ou menos 90 contempladas. A questão dos cadastros passou por vários processos, pois foram diversas vezes que foram passados, uma vez que a remoção já estava sendo planejada há muito tempo. Perguntei para Laura, se o primeiro cadastro foi em 2000 e ela confirmou; assim como questionei se em 2005 novamente. Ela confirmou que sim e ainda falou que eles (DEMHAB) disseram que passaram em 2009, o que, segundo ela, é mentira.

Questionei sobre o desdobramento e me disse o seguinte: “é que como foi uma realocação grande, imensa, que foi a primeira no Rio Grande do Sul tão grande assim, eles fizeram lá e o processo demorou muitos anos. Eles fizeram o cadastro lá em 2000 e aí lá em

2009 começou a remoção. Muita gente que tinha seus 15/16 anos, quando menor, já tinha casado, feito famílias e foi daqui que saiu esses desdobramentos e adensamentos”.

Senti necessidade de entender melhor e indaguei se naquela época os filhos deles eram cadastrados juntos ou separados, e Laura disse: “como meu filho era titular, a minha ex-nora era dependente dele, botou ela como dependente, depois veio, aí depois quando nasceu a minha neta, não tava mais a minha neta por causa de que eles não passaram mais, então tava só o meu filho e ela, então o titular é que tinha direito”.

Laura também faz outro relato bem complicado sobre uma situação que envolve outros moradores. “Então ela usou uma associação para poder fazer e se beneficiar e a sua filha foi uma das que ganhou casa”. Há um trecho da entrevista que no momento achei até engraçado, pois até ela começou a dar uma risada no momento em que me contou que é o seguinte: “Ela era presidente da associação, e ali junto com o Jorge ela conseguiu, o Jorge gravou um cd da filha dela, que a filha dela se dizia cantora, o Jorge conseguiu que ela fosse lá pro Raul Gil e ela não passou nem no teste, criatura, cantava mal pra caramba.

Logo prosseguiu: “aí ela conseguiu que a filha dela, com 12 anos naquela época, quando ela se disse presidente, aí ela inscreveu a filha dela e a filha dela tem casa, ganhou casa”. É isso que eu tô dizendo, aí a revolta das pessoas, agora ela já vendeu a casa, foi embora pra Tramandaí e agora a filha tá vendendo a casa, ela não quer mais, conseguiu tudo o que ela queria e agora ela foi embora”. Com isso me lembro do que BOURDIEU fala em *Poder simbólico*, que é o seguinte:

O espaço da interação funciona como uma situação de mercado linguístico, que tem características conjunturais cujos princípios podemos destacar. Em primeiro lugar, é um espaço pré-construído: a composição social do grupo está antecipadamente determinada. Para compreender o que pode ser dito e, sobretudo o que não pode ser dito no palco, é preciso conhecer as leis de formação do grupo dos locutores - é preciso saber quem é excluído e quem se exclui. A censura mais radical é a ausência. É preciso pois considerar as taxas de representação (no sentido estatístico e no sentido social) das diferentes categorias (sexo, idade, estudos, etc.), logo, as probabilidades de acesso ao local da palavra - e , depois, as probabilidades de acesso à palavra, mensurável em tempos de expressão. (BOURDIEU, 1989. p.15)

Digo isso principalmente depois da entrevista feita com a Fátima, na qual ela dizia que no Porto Novo “ficou mais chique”. Desabafou, dizendo que antes as pessoas eram mais unidas e o que fala mais alto agora é o dinheiro. “As pessoas que estão tendo oportunidade, já tinham boa vida. É que se aproximou mais gente que tem dos aqueles que não têm, não apareceu as pessoas que não têm, apareceu só quem já tinha”. Também achei interessante a questão em que ela se refere às pessoas que têm um “palacete”, termo usado por ela.

Mas esse conflito eu vi desde o ano passado quando fui à reunião com o DEMHAB, que os moradores queriam a lista com os nomes das pessoas contempladas e não contempladas. No final daquela reunião foi dado um papel com a lista, mas quando fui às reuniões com a DPE e MPF neste ano, eles relataram que queriam ter a lista dos nomes.

Com isso não entendi nada, uma vez que em outubro do ano passado eles já a tinham. Perguntei para Gonçalo sobre isso e ele me disse que a folha na qual o DEMHAB lhe repassara não tinha garantia, ou seja, ao meu entender, era uma folha apenas com os nomes e se tinha ganhado a casa ou não, mas que não constava o nome do DEMHAB, assim eles acreditavam que aquilo não poderia comprovar nada.

Mas na lista não estavam todos os nomes, o que fez com que eles fossem acrescentando depois. Como os moradores queriam uma lista que fosse garantida e, pelo que entendi, esperava-se que a mesma tivesse com os outros nomes, atualizado, vamos dizer assim. Com isso esses dois órgãos (DPE e MPF) pediram para que o DEMHAB a repassasse essa lista, porém teve que ficar no aguardo da resposta deles.

Depois de recebido teve uma reunião do MPF e DPE, juntamente com o GAP, e eu fui como membro do grupo e pesquisadora. Foi falado sobre os números que ainda não fecham, pois o DEMHAB disse um número de realocados que, pelo cálculo, todos ganhariam casas, mas, ao mesmo tempo, falou que não haverá, o que ainda não estava claro.

A defensora disse que iria marcar uma reunião com o DEMHAB para entender essas questões, contudo queria muito repassar para os moradores, e o seu Gonçalo também ligou para defensora perguntando sobre isso. Em sua entrevista ele falou: “a defensora chamou nós, foi o Gonçalo tava junto, nós relatamos tudo os problemas ocorrido pra ela, tava tudo bem e agora quando chegou que o DEMHAB tinha mandado a lista que eu soube que tava lá, aí liguei para ela ‘não eu não posso passar a relação pro senhor’, mas como não pode, se nós que temos correndo atrás, se nós fomos lá com o doutor, ele chamou nós lá e passou até uma ata que nós nem tava na reunião lá, o doutor deu para nós”.

Ele parece bastante descontente com isso, na verdade bem bravo com a defensora, e tem mais um trecho que ele falou sobre isso novamente: “quando ela chamou nós lá, quem é que tava lá? Tava eu, a Laura, como líder, aí depois quase no final apareceu o Paulo lá. Aí ela disse, ‘eu só posso dar a relação pro presidente, e ele tem que provar que é presidente da comunidade’, então nós fomos lá, então se não provasse que era o Gonçalo, a fulana não identificava nós lá, se nós não conseguisse provar aqueles papéis que o DEMHAB mandou lá, as relação do DEMHAB pra quem é que ela ia passar?”.

Depois o GAP pôde entregar aos moradores a lista, mas houve preocupação em dar, pois como foram 64 não contemplados e 90 contemplados, apesar do número maior ser dos que ganharam, mesmo assim é um número grande dos que não seriam. Era realmente uma situação bem complicada, e veio à minha cabeça o que Paulo me falou, do porquê deles (Laura e Gonçalo) não conseguirem, uma vez que estão à frente das lutas. Não é fácil entender, pois percebi que há disputas, interesses, mas vontade de fazer pelos outros moradores. Claro, não cabe eu julgar quem está certo e quem não está, mas essas entrevistas e conversas me fez perceber o quão complexas são essas relações.

Já a resposta do DEMHAB foi marcada uma reunião no mês de outubro deste ano, que até então o grupo GAP também iria participar. Quando perguntado aos moradores, também era a vontade deles que fôssemos. Quem também iria participar desse encontro, que havia demorado a ser marcado, e quando foi transferiram para outra data, seria o DEMHAB, a Defensoria e o Ministério Público.

No dia que teve uma reunião anterior, quando a lista e as respostas já estavam com a defensora, o promotor e o GAP, foi falado que os integrantes do grupo também participariam da reunião no DEMHAB. Quando chegou o dia em que os mesmos foram, foi descoberto que não haveria e ainda que não poderiam participar, o que foi estanho, pois nem o promotor sabia desta não participação e considera que o grupo sabia de muitos dados sobre a vila.

Durante praticamente toda a minha pesquisa o que se falava bastante era sobre a distribuição de casas, o que acabou sendo inevitável não falar. Isso porque, além de estar nas falas deles, também é algo que está acontecendo, pois com a espera das novas moradias, foram questionados os nomes da lista. Sem falar que uma das moradoras disse que outra havia lhe contando que as novas casas pertenciam ao *Minha Casa, Minha Vida* e não a eles.

Já outra contou que as casas dos moradores da Dique e Morada do Sol são deles, porém as que se encontram ao lado é da *Minha Casa, Minha Vida*. Ou seja, sempre tinha algum fato, alguém que contou para o outro, e assim por diante. Esses dados se referem às datas de remoção e distribuição de casas, percebemos que as pessoas foram realocadas em diversas datas de em pouco em pouco:

PRAZOS E ETAPAS DE EXECUÇÃO DO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL					
Resumo:	Etapas de Reassentamento	Datas	Unidades Habitacionais	Unidades Acessíveis	Unidades Comerciais
<ul style="list-style-type: none"> O trabalho técnico social iniciou em 2009 e foi concluído em julho de 2012, correspondendo a 43 meses; Foram 14 etapas de reassentamento, totalizando a entrega de 922 unidades habitacionais e 79 unidades comerciais; Em todas as etapas do reassentamento, os três eixos previstos foram trabalhados, com ênfase no pós-ocupação; A quadra E, com 554 unidades habitacionais no Conjunto Habitacional Porto Novo, será entregue em 2014. 	1	19/10/09	48	0	0
	2	22/12/09	36	0	2
	3	24/03/10	68	0	3
	4	26/05/10	52	0	5
	5	05/10/10	113	0	11
	6	28/12/10	89	0	2
	7	18/07/11	84	0	12
	8	10/10/11	64	0	8
	9	26/12/11	58	6	7
	10	02/03/12	60	0	8
	11	12/04/12	60	0	4
	12	23/05/12	60	0	4
	13	03/07/12	60	0	4
	14	13/07/12	64	0	9
	Total		916	6	79

Fonte: www.abc.habitacao.org.br

Agora, mais recentemente, um morador falou que a remoção vai atrasar um pouco e que o DEMHAB estava batendo de casa em casa para saber direitinho a questão de quem tem e não tem moradia. Mas ainda não se sabe respostas quanto aos critérios de como se deu de fato a reunião. Há ainda muitas dúvidas e aflição, mas também não sabemos quanto aos que não querem ir e isso é outra grande questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

JAQUELINE MUNIZ (1996) fala que a teoria jurídica brasileira estabelece “o que não está na lei não está no mundo”. Segundo ela, de acordo com essa perspectiva, se certo evento não se enquadra no universo previsto pela lei, ou melhor, se um determinado fato não pode ser “tipificado”, é porque ele não existe na linguagem jurídica, conseqüentemente não pode também ser resolvido pelas agências jurídicas formais.

Entretanto, esses mesmos casos, desconhecidos pela ordem legal, fazem parte da realidade social e são, portanto, vivenciados como litígios e demandam resoluções que, em muitos casos, ultrapassam o recurso da administração privada. Assim, mesmo que muitos fatos que presenciei não entrem na lei, não há como não perceber que muitas coisas mudaram, algumas para melhor e outras para pior.

Logo, há casos em que ouvi sobre a articulação diminuir divergências quanto ao recebimento de casas, galpão de reciclagem que perdeu sua proposta, a falta de uma associação, uma casa pequena para famílias grandes entre outros são coisas que foram se perdendo, mas isso fica nas entrelinhas, no impercebível. Em *Existe violência sem agressão moral?*, de LUÍS ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA, ele cita um trecho de outro texto seu:

Apesar de o insulto moral aparecer com características próprias e implicações diversas em cada contexto etnográfico, está freqüentemente associado à dimensão dos sentimentos, cuja expressão desempenha um papel importante em sua visibilidade. Nesse sentido, o material etnográfico estimulou indagações sobre a expressão ou a evocação dos sentimentos e a mobilização das emoções dos atores na apreensão do significado social dos direitos, cujo exercício demanda uma articulação entre as identidades dos concernidos. Trata-se de direitos acionados em interações que não podem chegar a bom termo por meio de procedimentos estritamente formais e que requerem esforços de elaboração simbólica da parte dos interlocutores para viabilizar o estabelecimento de uma conexão substantiva entre eles, permitindo o exercício dos respectivos direitos. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2004)

Com isso, entendo que os moradores em muitos momentos se mostraram lesados, tanto pelo DEMHAB quanto por outros moradores que, segundo alguns entrevistados, se beneficiaram de alguma forma sem pedir para o coletivo, mas apenas à sua família. Quanto às cartas também foi uma reclamação bastante falada, em que as pessoas queriam recebê-las em suas casas, mas tinham que ir até uma agência dos Correios. A falta da localização, de

não poder receber as suas correspondências na casa foi algo bastante complicado, pois eles tiveram que dar o seu jeito, cada um à sua forma.

Percebemos, portanto, que o que mais querem é que as coisas se resolvam, e isso é evidente, uma vez que quando vamos morar em um novo lugar, esperamos que tudo seja planejado, mas infelizmente não foi o que aconteceu. É um bairro que ainda não inaugurou sua escola, nem associação de moradores, que não recebia cartas, onde imperava a angústia em saber quem ganharia ou não sua moradia.

Ou seja, a luta que eles tiveram na Dique, quando removidos, muitas coisas tiveram que ser na luta também, então ter uma moradia nova, não foi garantia de que tudo já estava acertado, pelo contrário, até hoje esses diálogos permanecem ainda, no caso agora é da remoção, mas as cartas foram resolvidas apenas neste ano. Alguns deles demonstravam certa aflição, por não saberem como seria a nova realocação.

Também há a angústia entre eles e o DEMHAB, e uma das suas funcionárias, sobre a qual há bastante reclamação no tratamento dado por ela. Nem todos os moradores queriam sair de lá, talvez a maioria, a partir da minha vivência, foi algo que senti, na medida em que senti que alguns moradores hoje já se acostumaram ou preferem lá, mas cada um falou, à sua maneira, de como se sente.

JULIANA MESOMO (2014) diz que a luta, o esforço, o enfrentamento das dificuldades, o tempo de moradia, o sacrifício para fazer melhorias na casa, o trabalho (incluído o trabalho assalariado transformado em recurso para compra de materiais) estão impressos na construção. Deste modo, são valores que legitimam a posse e os direitos sobre a casa, frente às interpelações do DEMHAB e da Prefeitura que o tomam por “ocupantes irregulares” ou até “invasores” no momento da remoção.

De fato, depois de tantos anos que aquele espaço foi ocupado, tantas lutas e tantas conquistas, não tem como não diz que o trabalho feito por essas pessoas de construírem um lugar para morar, e considero isso legitimador, além de ser um trabalho admirável. Durante todo esse processo, vemos a vontade de expressar as decepções, com os outros moradores, por ganharem e tirarem vantagem de algo, com os órgãos, em especial com o DEMHAB, e perceber que não têm “medo” de falar o que pensam.

O campo é um lugar inspirador e saí de lá ainda questionando todos os conflitos, sobre por que deu de um jeito e não de outro, por que uns discutem, alguns ganharam isso e esses moradores acham que o outro ganhou mais que ele. São várias as indagações, ocupar,

construir, lutar, recomeçar, reconstruir e lutar sempre, são coisas que compreendi naquele espaço e que ali permeiam, no processo de estar sempre buscando uma cidade e moradia melhor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**. S/l: Zouk, 2006.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. **Existe violência sem agressão moral?** In.: Revista Brasileira de Ciências Sociais. S/l: S/n: 2008. Volume 23. Número 67.

COTTLE, Eddie (Org.) **Copa do Mundo na África do Sul: Um legado para quem?** Florianópolis: Insular, 2011.

DAMO, Arlei Sander. **Cultura e Agência: O engajamento no Orçamento Participativo**. S/l: Campos, 2006.

ECKERT, Cornélia & ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. **Etnografia: Sabres e práticas**. In: PINTO, Céli Regina Jardim & GUAZZELLI, César Augusto Bracellos. (Orgs.). **Ciências Humanas: Pesquisa e método**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

EVANS-PRITCHARD, E.E. **Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação da cultura**. Rio de Janeiro: S/n, 2008.

GIL, Carmem Zeli de Vargas (Org.) **Projeto memórias da Vila Dique: Da Vila Dique ao Porto Novo – Extensão popular rodas de memórias e remoções urbanas**. São Leopoldo: Oikos, 2013.

KANT DE LIMA, Roberto. **Cultura jurídica e práticas policiais: A tradição inquisitorial**. In.: Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: S/n, S/d. Volume 4. Número 10.

LEFEBVRE, Henri, **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2013.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos e espaço público: Notas sobre a construção dos lugares em Manguetown**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. S/l: S/n, 2001. Volume 17. Número 49.

LOREA, Roberto A. **Os jurados leigos: Uma antropologia do tribunal do júri**. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, 2003.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **A cidade como bem cultural: Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano**. Revista Preservação: Arqueologia, arquitetura, cidades. S/l: IPHAN, 2005.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MESOMO, Juliana Feronato. **Cotidiano em suspenso: Remoção de populações e mobilização coletiva no contexto de duplicação da Avenida Tronco em Porto Alegre-RS**. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, 2014.

MINTZ, Sidney. **Encontrando Taso, me descobrindo**. In.: Dados: Revista de Ciências Sociais. S/l: S/n, 1984. Volume 27. Número 1.

MUNIZ, Jaqueline. **Os direitos dos outros e outros direitos: Um estudo sobre a negociação de conflitos nas DEAMS/RJ**. In.: SOARES, Luiz Eduardo *et al.* **Violência e Política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume & Dumará, 1996.

PARDILLOS VIEIRA, Nuria & BAGNATORI, Maura Iclea. **Apontamentos sobre urbanização de favelas, remoções de moradias e trabalho social na cidade de São Paulo**. In.: Revista O Social em Questão. S/l: S/n, 2013. Ano XVI. Número 29.

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. http://www2.portoalegre.rs.gov.br/demhab/default.php?p_noticia=147052&MORADORES+DA+VILA+DIQUE+ESCOLHEM+NOME+PARA+O+LOTEAMENTO

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smgae/default.php?p_secao=59

PROJETO RUA ZIGOMAR FRANCISCO ZANIN, 2009. http://200.169.19.94/processo_eletronico/058932009PLL/058932009PLL_PROJETO_284744280_1883.pdf.

PROJETO AVENIDA SANTÍSSIMA TRINDADE, 2009: http://200.169.19.94/processo_eletronico/058922009PLL/058922009PLL_PROJETO_281012640_691.pdf

PROJETO RUA DONA BECA. PROCEMPA, 2010: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/dopa/usu_doc/setembro2010_03setembro2010.pdf

SANT'ANA, Maria Helena. **Vila Cai-Cai: A lógica da habitação reciclável: Estudo da organização do espaço e do tempo em uma vila em remoção em Porto Alegre-RS**. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, 1997.

SCHUCH, Patrice. **Antropologia do direito: Trajetória e desafios contemporâneos**. In.: BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica. S/l: S/n: 2009. Volume 67.

SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS. **Conhecendo o direito: Proteção e garantia dos Direitos Humanos no âmbito de megaprojetos e megaeventos**. São Paulo: S/l, 2012.

SILVA, Roberto Antonio Capiotti da. & ECKERT, Cornélia (Orgs.). **Cotidianos irregulares? Estudo antropológico da experiência de regularização fundiária junto aos moradores da Vila Batista Flores em Porto Alegre-RS**. In.: Revista Iluminuras. S/l: S/n, 2006. Volume 7. Número 15.

VELHO, Gilberto; **Observando o familiar**. NUNES, Edson de Oliveira (Org). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.